

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	17
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	34
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	36
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	42
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	46
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	47
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	49
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	49
11. FUNDOS VINCULADOS	52
12. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS	53
13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	54
14. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	55
15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO E SETORIAIS	55
16. ATIVOS DE CONTRATO	62
17. INVESTIMENTOS	64
18. IMOBILIZADO	84
19. INTANGÍVEIS	86
20. FORNECEDORES	88
21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	89
22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	91
23. ENCARGOS REGULATÓRIOS	96
24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	96
25. PROVISÕES	103
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	113
27. SUBSIDIÁRIAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NÃO CONTROLADORES	120
28. RECEITA	121
29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	125
30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	129
31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	130
32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	135
33. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	152
34. SEGUROS	155
35. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	156
36. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG D	156
37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	157
38. EVENTOS SUBSEQUENTES	157

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	890.804	1.030.257	54.330	38.672
Títulos e valores mobiliários	7	703.551	1.058.384	80.781	63.960
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	8	4.091.722	3.885.392	5.813	-
Ativos financeiros e setoriais da concessão	15	1.070.384	847.877	-	-
Ativos de contrato	16	130.951	-	-	-
Tributos compensáveis	9	124.183	173.790	3.020	43
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	386.668	339.574	41.274	19.722
Dividendos a receber	17	119.743	76.893	945.584	603.049
Fundos vinculados	11	90.993	106.227	129	87.872
Estoques		35.619	38.134	10	10
Adiantamento a fornecedores		6.785	116.050	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	12	-	235.018	-	235.018
Reembolso de subsídios tarifários	14	90.845	77.086	-	-
Subvenção baixa renda		30.232	26.660	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	32	69.643	-	-	-
Outros créditos		507.918	525.961	13.801	10.473
		8.350.041	8.537.303	1.144.742	1.058.819
Ativos classificados como mantidos para venda	33	19.446.033	-	1.573.967	-
TOTAL DO CIRCULANTE		27.796.074	8.537.303	2.718.709	1.058.819
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	108.683	29.753	10.691	1.737
Adiantamento a fornecedores	31	87.285	6.870	-	-
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	8	80.889	255.328	-	-
Tributos compensáveis	9	242.356	230.678	3.672	1.810
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	5.516	20.617	2.401	20.617
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10c	2.146.863	1.871.228	809.270	756.739
Depósitos vinculados a litígios	13	2.501.512	2.335.632	326.345	277.791
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	32	743.692	8.649	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	12	245.566	-	245.566	-
Outros créditos		697.389	628.443	35.756	34.978
Ativos financeiros e setoriais da concessão	15	4.927.498	6.604.625	-	-
Ativos de contrato	16	1.597.996	-	-	-
Investimentos	17	5.234.578	7.792.225	12.405.706	13.692.183
Imobilizado	18	2.661.585	2.762.310	2.250	1.810
Intangível	19	10.777.191	11.155.928	6.125	2.458
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		32.058.599	33.702.286	13.847.782	14.790.123
TOTAL DO ATIVO		59.854.673	42.239.589	16.566.491	15.848.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Fornecedores	20	1.801.252	2.342.757	9.285	4.667
Encargos regulatórios	23	514.412	512.673	5.671	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		78.759	9.089	4.813	348
Impostos, taxas e contribuições	21a	409.825	704.572	45.014	5.841
Imposto de renda e contribuição social	21b	112.063	115.296	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	26	863.703	427.832	861.420	425.838
Empréstimos e financiamentos e debêntures	22	2.197.566	2.370.551	-	-
Salários e contribuições sociais		283.730	207.091	17.446	11.072
Obrigações pós-emprego	24	252.688	231.894	13.774	12.974
Passivos financeiros e setoriais da concessão	15	-	414.800	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - opções	32	-	507.232	-	507.232
Adiantamento de clientes	8	79.405	232.762	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	32	-	12.596	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	31	-	-	408.114	-
Outras obrigações		527.942	573.139	12.084	6.218
		7.121.345	8.662.284	1.377.621	974.190
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	33	16.272.239	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		23.393.584	8.662.284	1.377.621	974.190
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	23	178.525	249.817	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	22	12.574.262	12.027.146	45.081	-
Impostos, taxas e contribuições	21a	29.396	28.199	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	728.419	734.689	-	-
Provisões	25	640.671	678.113	64.204	63.194
Obrigações pós-emprego	24	4.735.656	3.954.287	495.677	446.523
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	21a	1.123.680	1.087.230	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - opções	32b	419.148	307.792	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	32	-	28.515	-	-
Outras obrigações		92.005	151.381	5.189	39.049
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.521.762	19.247.169	610.151	548.766
TOTAL DO PASSIVO		43.915.346	27.909.453	1.987.772	1.522.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26				
Capital social		7.293.763	6.294.208	7.293.763	6.294.208
Reservas de capital		2.249.721	1.924.503	2.249.721	1.924.503
Reservas de lucros		6.362.022	5.728.574	6.362.022	5.728.574
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.326.787)	(836.522)	(1.326.787)	(836.522)
Subscrição de ações a capitalizar		-	1.215.223	-	1.215.223
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	27	14.578.719	14.325.986	14.578.719	14.325.986
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		1.360.608	4.150	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.939.327	14.330.136	14.578.719	14.325.986
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.854.673	42.239.589	16.566.491	15.848.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	28	22.266.217	21.711.690	3.862	325
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	29				
Energia elétrica comprada para revenda		(11.084.194)	(10.919.476)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.479.414)	(1.173.923)	-	-
Gás comprado para revenda		(1.238.085)	(1.070.623)	-	-
		(13.801.693)	(13.164.022)	-	-
OUTROS CUSTOS	29				
Pessoal e administradores		(1.098.250)	(1.270.188)	-	-
Materiais		(81.414)	(72.815)	-	-
Serviços de terceiros		(912.647)	(759.036)	-	-
Depreciação e amortização		(760.720)	(787.129)	-	-
Provisões operacionais		(40.054)	(225.504)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(897.490)	(1.118.749)	-	-
Outras		(84.924)	(89.677)	-	-
		(3.875.499)	(4.323.098)	-	-
CUSTO TOTAL		(17.677.192)	(17.487.120)	-	-
LUCRO BRUTO		4.589.025	4.224.570	3.862	325
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	29	(264.416)	(248.280)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(671.923)	(763.121)	(78.996)	(51.544)
Despesas com provisões operacionais		(167.232)	(353.282)	(59.677)	(238.791)
Outras receitas (despesas) operacionais		(639.464)	34.760	(62.502)	185.367
		(1.743.035)	(1.329.923)	(201.175)	(104.968)
Resultado de equivalência patrimonial	17	(103.549)	(252.240)	1.719.540	896.002
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	17	(119.117)	-	(198.811)	-
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	17	(127.427)	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.495.897	2.642.407	1.323.416	791.359
Receitas financeiras	30	1.705.679	803.713	9.548	114.375
Despesas financeiras	30	(2.224.161)	(1.800.264)	(22.965)	235.541
Resultado antes dos impostos		1.977.415	1.645.856	1.309.999	1.141.275
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	(583.273)	(446.348)	39.432	(85.710)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(15.851)	(197.912)	43.191	(54.611)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		1.378.291	1.001.596	1.392.622	1.000.954
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	33	363.422	-	307.477	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.741.713	1.001.596	1.700.099	1.000.954

Continuação	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Total do lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		1.377.530	1.000.954	1.392.622	1.000.954
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		322.569	-	307.477	-
Lucro líquido do exercício atribuível a acionistas controladores		<u>1.700.099</u>	<u>1.000.954</u>	<u>1.700.099</u>	<u>1.000.954</u>
Participação dos acionistas não-controladores					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	27	761	642	-	-
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		40.853	-	-	-
		<u>41.614</u>	<u>642</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.741.713</u>	<u>1.001.596</u>	<u>1.700.099</u>	<u>1.000.954</u>
Lucro básico e diluído por ação preferencial	26	1,17	0,84	1,17	0,84
Lucro básico e diluído por ação ordinária		1,17	0,37	1,17	0,37
Lucro básico e diluído por ação preferencial de operações continuadas		0,95	0,84	1,17	0,84
Lucro básico e diluído por ação ordinária de operações continuadas		0,95	0,37	1,17	0,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.741.713	1.001.596	1.700.099	1.000.954
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(702.153)	(393.261)	(22.422)	(64.801)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 10c)	239.390	132.781	7.624	22.032
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	(2.802)	(447.965)	(220.513)
	(462.763)	(263.282)	(462.763)	(263.282)
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro e conversão de operações no exterior	-	(38.134)	(175)	(38.134)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(175)	-	-	-
	(462.938)	(301.416)	(462.938)	(301.416)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.278.775	700.180	1.237.161	699.538
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.237.161	699.538	1.237.161	699.538
Participação dos acionistas não-controladores	41.614	642	-	-
	1.278.775	700.180	1.237.161	699.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.728.574	(836.522)	-	14.325.986	4.150	14.330.136
Dividendos propostos de exercícios anteriores	-	-	-	(126.996)	-	-	(126.996)	-	(126.996)
Dividendos de exercícios anteriores prescritos	-	-	-	-	-	42.464	42.464	-	42.464
Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 e CPC 47/ IFRS 15	-	-	-	-	-	(157.266)	(157.266)	-	(157.266)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.601.578	(836.522)	(114.802)	14.084.188	4.150	14.088.338
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
Integralização de capital	999.555	(999.555)	-	-	-	-	-	-	-
Ágio na subscrição de ações	-	(325.218)	325.218	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.700.099	1.700.099	41.614	1.741.713
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(462.938)	-	(462.938)	-	(462.938)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(27.327)	42.497	15.170	-	15.170
Destinação do lucro líquido do exercício							-	-	-
Reservas de Incentivos Fiscais (nota 26 c)	-	-	-	9.237	-	(9.237)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio propostos (R\$0,59 por ação)	-	-	-	-	-	(867.350)	(867.350)	(351)	(867.701)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	751.207	-	(751.207)	-	-	-
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	1.315.195	1.315.195
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.293.763	-	2.249.721	6.362.022	(1.326.787)	-	14.578.719	1.360.608	15.939.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.294.208	-	1.924.503	5.199.855	(488.285)	-	12.930.281	4.090	12.934.371
Subscrição de ações a capitalizar	-	1.215.223	-	-	-	-	1.215.223	-	1.215.223
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.000.954	1.000.954	642	1.001.596
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(301.416)	-	(301.416)	-	(301.416)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(46.821)	28.242	(18.579)	-	(18.579)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	712	-	(712)	-	-	-
Dividendos Estatutários propostos (R\$0,51 por ação)	-	-	-	-	-	(500.477)	(500.477)	-	(500.477)
Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	-	(582)	(582)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	528.007	-	(528.007)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.728.574	(836.522)	-	14.325.986	4.150	14.330.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		1.378.291	1.001.596	1.392.622	1.000.954
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		363.422	-	307.477	-
Lucro líquido do exercício – participação de não controladores		(41.614)	(642)	-	-
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10.d	15.851	197.912	(43.191)	54.611
Depreciação e amortização	18 e 19	849.093	849.768	7.396	488
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível	15, 18 e 19	62.148	48.299	468	2
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	16	42.029	-	-	-
Ganho na Venda de Investimentos	33	(378.316)	(197.233)	(378.316)	(197.233)
Ajuste referente a desvalorização em investimentos	17	127.427	-	-	-
Receita de Indenização da Geração	15	(55.009)	(271.607)	-	-
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão		-	(74.627)	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	17	103.549	252.240	(1.719.540)	(896.002)
Atualização do ativo financeiro e de contrato da concessão	15 e 16	(585.382)	(753.043)	-	-
Juros e variações monetárias		1.206.652	1.498.461	(25.417)	(47.971)
Variação cambial de empréstimos	22	582.193	56.465		
Reversão da variação monetária do AFAC		-	(239.445)	-	(239.445)
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT		-	282.876	-	
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	22	32.907	66.856	434	
Provisões Operacionais e perdas estimadas	29.d	466.768	853.668	59.677	238.791
Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		(60.341)	-	-	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos - swap	30	(893.301)	32.462	-	
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	15	(1.973.064)	(988.260)	-	-
Remensuração de participação anterior em controladas adquiridas	17	119.117		198.811	
Perda com outros créditos	17.1	12.466			
Obrigações pós-emprego	24	405.111	(163.273)	43.980	12.697
		1.779.997	2.452.473	(155.599)	(73.108)
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(391.152)	(817.615)	23.454	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais		-	46.291	-	46.291
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	15	908.604	585.527	-	-
Repasse de recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		-	(9.594)	-	-
Tributos compensáveis		38.407	10.104	(4.839)	(37)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		614.963	384.520	(3.336)	61.059
Depósitos vinculados a litígios		(109.315)	(4.061)	(29.657)	(13.338)
Dividendos recebidos	17	311.471	354.388	801.521	834.984
Ativos financeiros da concessão – indenização de usinas de geração	15	1.139.355	-	-	-
Ativos financeiros e de contrato da concessão	15 e 16	564.652	398.220	-	-
Adiantamento a fornecedores		28.850	(116.045)	-	-
Direito de retirada de gás		74.676	537.113	-	-
Outros		(26.368)	120.820	7.244	12.725
		3.154.143	1.489.668	794.387	941.684
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(553.445)	403.164	(79)	(16.269)
Impostos, taxas e contribuições		(291.037)	(248.478)	39.173	13.124
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(5.962)	13.623	-	-
Salários e contribuições sociais		76.639	(17.650)	6.374	1.102
Encargos regulatórios		(69.553)	(72.721)	5.671	-
Adiantamento de clientes		(153.357)	51.562	-	-
Obrigações pós-emprego	24	(307.034)	(282.492)	(16.448)	(15.465)
Instrumentos Financeiros Derivativos – Opções de Venda	32	(555.590)	(830.217)	(555.590)	(830.217)
Outros		(164.005)	(356.186)	70.051	(6.930)
		(2.023.344)	(1.339.395)	(450.848)	(854.655)
Caixa gerado pelas atividades operacionais das operações em continuidade		2.910.796	2.602.746	187.940	13.921
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	22	(1.290.348)	(1.796.874)	(894)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(649.966)	(226.297)	(76.095)	-
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (swap)		37.330	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.007.812	579.575	110.951	13.921

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		275.903	(3.876)	(25.775)	73.621
Fundos vinculados		15.234	261.247	87.746	278.696
Em investimentos					
Investimentos – aquisição de participação	17	(109.006)	(38.195)	(103.788)	(185.358)
Alienação de Investimentos	33 e 17	654.461	766.045	1.077.624	766.045
Aporte em investidas	17	(240.189)	(254.307)	(1.109.127)	(1.650.795)
Caixa advindo de combinação de negócios		69.987		-	
Em imobilizado	18	(76.998)	(83.066)	(25)	-
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	16	(770.577)	-	-	-
Em intangível	19	(29.818)	(1.033.935)	(195)	(705)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(211.003)	(386.087)	(73.540)	(718.496)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Subscrição de ações a capitalizar		-	1.215.223	-	1.215.223
Aumento de capital		109.550	-	109.550	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos a acionista controlador	26	(508.765)	(539.632)	(508.703)	(541.328)
Obtenção de empréstimos e debêntures	22	2.989.753	3.308.428	-	
Custo de transação rolagem de dívida	22	-	(10.971)	-	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(3.526.800)	(4.131.411)	(22.600)	-
Mútuo com partes relacionadas	31	-	-	400.000	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(936.262)	(158.363)	(21.753)	673.895
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.030.257	995.132	38.672	69.352
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	890.804	1.030.257	54.330	38.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2018		2017		2018		2017	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços (1)	33.052.902		30.779.384		4.498		358	
Receita de construção de distribuição	801.778		1.093.921		-		-	
Receita de construção de transmissão	95.712		24.827		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	321.427		316.880		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	325		2.659		-		-	
Receita de indenização de transmissão	250.375		373.217		-		-	
Receita de indenização de geração	55.332		271.607		-		-	
Investimento em imobilizado	42.767		36.334		-		-	
Outras receitas	55.299		17.106		-		-	
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(264.416)		(248.280)		-		-	
	34.411.501		32.667.655		4.498		358	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(12.140.162)		(11.972.360)		-		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.649.181)		(1.308.928)		-		-	
Serviços de terceiros (1)	(1.476.357)		(1.386.258)		(34.536)		(18.221)	
Gás comprado para revenda	(1.572.171)		(1.070.623)		-		-	
Materiais (1)	(501.263)		(665.700)		(1.438)		(365)	
Outros custos operacionais (1)	(613.830)		(915.607)		(72.029)		(37.864)	
	(17.952.964)		(17.319.476)		(108.003)		(56.450)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	16.458.537		15.348.179		(103.505)		(56.092)	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização (1)	(834.593)		(849.768)		(1.278)		(488)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	15.623.944		14.498.411		(104.783)		(56.580)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	363.422		-		307.477		-	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	(103.549)		(252.240)		1.719.540		896.002	
Receitas financeiras	1.705.679		803.713		9.548		114.375	
Resultado com Combinação de Negócios	(119.117)		-		(198.811)		-	
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	(127.427)		-		-		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	17.342.952		15.049.884		1.732.971		953.797	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.715.361	9,89	1.274.097	8,47	76.910	4,44	40.134	4,21
Remuneração direta	1.081.833	6,24	1.068.094	7,10	22.258	1,28	20.420	2,14
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	479.274	2,76	(73.500)	(0,49)	46.372	2,68	11.475	1,20
FGTS	62.992	0,36	65.932	0,44	3.095	0,18	1.679	0,18
Programa de desligamento voluntário	91.262	0,53	213.571	1,42	5.185	0,30	6.560	0,69
Impostos, taxas e contribuições	11.534.990	66,51	10.800.655	71,77	(72.292)	(4,17)	143.704	15,07
Federais	6.050.851	34,89	4.938.320	32,81	(73.194)	(4,22)	142.798	14,97
Estaduais	5.471.291	31,55	5.849.795	38,87	606	0,03	752	0,08
Municipais	12.848	0,07	12.540	0,09	296	0,02	154	0,02
Remuneração de capitais de terceiros	2.350.888	13,56	1.973.536	13,11	28.254	1,63	(230.995)	(24,22)
Juros	2.252.619	12,99	1.864.489	12,39	22.965	1,33	(235.541)	(24,70)
Aluguéis	98.269	0,57	109.047	0,72	5.289	0,30	4.546	0,48
Remuneração de capitais próprios	1.741.713	10,04	1.001.596	6,65	1.700.099	98,10	1.000.954	104,94
Juros sobre Capital Próprio	210.000	1,21	-	-	210.000	12,12	-	-
Dividendos	657.350	3,79	500.477	3,33	657.350	37,93	500.477	52,47
Lucros retidos	832.749	4,80	500.477	3,33	832.749	48,05	500.477	52,47
Participação dos não-controladores nos Lucros retidos	41.614	0,24	642	-	-	-	-	-
	17.342.952	100,00	15.049.884	100,00	1.732.971	100,00	953.797	100,00

(1) Inclui os efeitos dos resultados decorrentes das operações descontinuadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e de gás (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS:		
Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”)	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 50 usinas (39 usinas hidrelétricas e 1 solar) e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 3.509 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).
Cemig Baguari	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos
Cemig Ger.Três Marias S.A.	Controlada	Sociedade anônima, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de garantia física.
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	Controlada	Sociedade anônima, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de garantia física.

Investimentos	Classificação	Descrição
Cemig Ger. Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	sociedade anônima, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	sociedade anônima, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de garantia física.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim.
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos

Investimentos	Classificação	Descrição
UTE Barreiro S.A. ("Barreiro")	Controlada	Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Controlada	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais
Cemig Geração Distribuída	Controlada	Subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficiência energética e à micro e minigeração distribuídas. Assim como, prestar consultoria e desenvolver estudos de instalação de empreendimentos e equipamentos de geração distribuída e de adesão de consumidores ao sistema de compensação de energia elétrica, compreendendo análise de viabilidade técnica, regulatória e econômica.
Luce Empreendimentos e Participações ("LEPSA")	Controlada	Holding não-operacional e tem como finalidade primária a gestão de sua participação direta na Light
Rio Minas Energia Participações – ("RME")	Controlada	Holding não-operacional e tem como finalidade primária a gestão de sua participação direta na Light
Efficientia S.A. ("Efficientia")	Controlada	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia
CONTROLADAS MANTIDAS PARA VENDA (*):		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As PCHs Senhora do Porto e Dores, mencionadas acima, entraram em operação em 2018 e a previsão para a entrada em operação das PCHs Fortuna e Jacaré é até o segundo trimestre de 2019.
LightGer S.A. ("LightGer")	Controlada	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada	sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I)
Light S.A. ("Light")	Controlada	Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos

Investimentos	Classificação	Descrição
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom")	Controlada	Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%)
CONTROLADAS EM CONJUNTO		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	Controlada em conjunto	Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE")	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A., que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Renova Energia S.A. ("Renova Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.
COLIGADAS:		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio da seguinte sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	Fundo administrado pelo Banco Modal S.A. ("Administrador"), foi constituído sob a forma de condomínio fechado. O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão de companhias, abertas ou fechadas, e/ou outros ativos. O Fundo detinha 83% do Capital Social da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), cujo objetivo social é a participação no capital social da Madeira Energia S.A. ("MESA").
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.170 MW (668 MW médios de capacidade física), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total,

Investimentos	Classificação	Descrição
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA")	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 17 Estados do País de forma direta e através de participação em investidas
Ativas Datacenter S.A. ("Ativas")	Controlada em conjunto	cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste")	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas. Mais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão nas notas explicativas nº 3 e 17 e sobre as operações entre partes relacionadas estão na nota explicativa nº 31.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Incorporação da Cemig Telecomunicações S.A. ("Cemig Telecom") e alienação dos ativos de telecomunicações

Em 31 de março de 2018 a Companhia concluiu a incorporação de sua controlada Cemig Telecom, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da Cemig Telecom e sucessão, pela Companhia, em todos os bens, direitos e obrigações. Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital nem a emissão de novas ações. As ações representativas do capital social da referida subsidiária integral foram extintas na data da incorporação.

A seguir é apresentado o balanço patrimonial resumido da Cemig Telecom utilizado para a incorporação na data base de 31 de março de 2018:

	31/03/2018		31/03/2018
Ativo		Passivo	
Circulante	24.986	Circulante	33.816
Não Circulante		Não Circulante	55.407
Realizável a longo prazo	15.313		-
Investimentos	17.116		-
Imobilizado líquido	271.766		-
Intangível	11.716		-
	315.911	Patrimônio Líquido	251.674
Total do Ativo	340.897	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	340.897

A Administração da Companhia concluiu em 01 de novembro de 2018 o processo de alienação dos ativos incorporados da Cemig Telecom. Mais informações na nota explicativa nº 33.

Aquisição de controle da Light S.A. (“Light”)

Conforme descrito na nota explicativa nº 17.1, em 30 de novembro de 2018, a CEMIG adquiriu a totalidade das ações ordinárias de emissão da Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), detidas pelo BB-Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander (Brasil) S.A., pelo valor de R\$659.378 e quitou todos os compromissos com os referidos acionistas em relação à opção de venda que eles detinham.

Considerando a alienação das ações da RME pelos demais acionistas, tornou-se automaticamente sem efeito o Acordo de Acionistas relacionado ao exercício do controle da investida Light, passando a Companhia a deter, direta e indiretamente, 49,99% do seu capital social votante. Considerando todos os fatos e circunstâncias e as disposições previstas no Pronunciamento Contábil CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, a Companhia concluiu que passou a deter individualmente o controle da Light.

Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, sendo mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no Estatuto não impactaram a política de distribuição de dividendos da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações

financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2019, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;
- Nota 15 – Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 16 – Ativos de contrato;

- Nota 17 – Investimentos;
- Nota 18 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 19 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 24 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 25 – Provisões;
- Nota 28 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 32 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.4 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método retrospectivo modificado, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia e suas controladas não aplicarão os requerimentos desse pronunciamento ao exercício comparativo apresentado.

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Demonstração do Resultado do Exercício - Consolidado	31/12/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	31/12/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITA LÍQUIDA (1)	22.221.891	44.326	22.266.217
CUSTOS OPERACIONAIS	(17.677.192)	-	(17.677.192)
DESPESAS OPERACIONAIS (1)	(1.698.709)	(44.326)	(1.743.035)
Resultado de equivalência patrimonial	(103.549)	-	(103.549)
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	(119.117)	-	(119.117)
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	(127.427)	-	(127.427)
Resultado financeiro, líquido	(518.482)	-	(518.482)
Imposto de renda e contribuição social	(599.124)	-	(599.124)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	1.378.291	-	1.378.291

Balanço Patrimonial - Consolidado	31/12/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	31/12/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	27.796.074	-	27.796.074
Ativos financeiros da concessão (1)	1.201.335	(130.951)	1.070.384
Ativos de contrato (1)	-	130.951	130.951
Outros ativos circulantes	26.594.739	-	26.594.739
Ativo não circulante	32.058.599	-	32.058.599
Ativos financeiros da concessão (2)	5.925.857	(998.359)	4.927.498
Ativos de contrato (2 e 3)	-	1.597.996	1.597.996
Ativo intangível (3)	11.376.828	(599.637)	10.777.191
Outros ativos não circulantes	14.755.914	-	14.755.914
Passivo circulante	23.393.584	-	23.393.584
Passivo não circulante	20.521.762	-	20.521.762
Patrimônio líquido	15.939.327	-	15.939.327

- (1) Refere-se ao reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.
- (2) Alteração na classificação dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão. Considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade, operação e manutenção das linhas de transmissão, os ativos vinculados a infraestrutura de transmissão que até o exercício de 2017 eram reconhecidos como ativos financeiros passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativo de contrato. Mais detalhes na nota explicativa nº 16 – Ativos de contrato.
- (3) Refere-se à alteração na classificação dos ativos vinculados à infraestrutura da concessão durante o período de construção. A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída. Até o exercício de 2017, esses ativos eram registrados inicialmente no ativo intangível e quando da sua entrada em operação eram bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A partir de 1º de janeiro de 2018, esses ativos passaram a ser classificados como ativos de contrato e posteriormente bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível na entrada em operação. Mais detalhes na nota explicativa nº 16 – Ativos de contrato.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/ CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (1)	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras (2)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras (2)	Mantidos para negociação	Valor justo resultado
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de subsídios tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção baixa renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos vinculados a litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Ativos financeiros da concessão – infraestrutura de distribuição	Mantidos para negociação	Valor justo resultado
Indenizações a receber – transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a receber – geração	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Bonificação pela outorga – concessões de geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

(1) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos;

(2) A Companhia e suas controladas possuem “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos de contrato.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

Os impactos decorrentes da adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15, em 1º de janeiro de 2018, foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
CPC 48 / IFRS 9	
Consumidores e revendedores e transporte de energia (a) (Nota 8)	(150.114)
Ajuste reflexo decorrente da até então investida Light	(82.770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) (Nota 10c)	51.038
	(181.846)
CPC 47 / IFRS 15	
Ajuste reflexo decorrente da investida Taesa	24.580
	(157.266)

(a) Referem-se às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de valores a receber de consumidores da Cemig D.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47/IFRS 15; (ii) Edição do CPC 48/IFRS 9; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10/IFRS 2; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28/IAS 40; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

Os impactos da adoção da IFRS 15/CPC 47 e IFRS 9/CPC 48 estão refletidos nos parágrafos acima. Com relação às alterações introduzidas por esses pronunciamentos no IFRIC 12/ICPC 01 (R1), destacamos abaixo os reflexos no reconhecimento dos ativos de transmissão e distribuição.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão

As alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 e IFRS9/CPC 48 impactaram os segmentos de distribuição, geração e transmissão na classificação e mensuração de seus ativos, já que estão sob o alcance da IFRIC 12/ICPC 01. Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato com o cliente, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia e suas controladas, concluíram que possuem contratos com as seguintes obrigações de desempenho identificadas: (i) construir; (ii) operar e manter; e (iii) financiar o poder concedente. No segmento de transmissão, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem um único contrato com cliente (concessão da linha de transmissão), com as mesmas obrigações. Desta forma, com base nas características contratuais, a Companhia e suas controladas classificaram o ativo como contratual uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional bem como de condições futuras decorrentes de procedimentos de revisões tarifárias periódicas, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação sua classificação como ativo financeiro de acordo com a IFRS 9/CPC 48. Com base nas características contratuais, os ativos de distribuição, vinculados à infraestrutura de concessão, ainda em construção, passaram a ser registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados.

Por se tratar de contratos com clientes de longo prazo, a Companhia e suas controladas identificaram que existe componente de financiamento significativo que é considerado para o cálculo do financiamento ao Poder Concedente, conforme mencionado acima.

Os impactos relativos à mensuração dos ativos de contrato estão descritos na nota explicativa nº 16.

2.5 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e pretendem adotar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma a Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16, não reapresentará informações e saldos em base comparativa.

Durante 2018, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

Impacto sobre o balanço patrimonial:

	01/01/2019
Ativo - Direitos de uso	342.450
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(342.450)

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia e suas controladas adotarão a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia e suas controladas ainda estão avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas analisaram as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários os instrumentos financeiros derivativos, ativos financeiros da concessão – infraestrutura de distribuição, e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Instrumentos financeiros derivativos (operações de *Swap*). A Cemig GT mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda, na Cemig GT, de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM), tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, adiantamentos a fornecedores, contas a receber do Estado de Minas Gerais, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga, indenizações a receber dos ativos de transmissão, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), fornecedores, concessões a pagar, plano de regularização de créditos tributários– (PRCT) do Estado de Minas Gerais, adiantamento de clientes, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso subsídios tarifários, e outros créditos.

b) Consumidores e Revendedores e Concessionários - Transporte de Energia

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Para os clientes cativos, a Companhia e suas controladas adotam, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

As provisões para perdas esperadas são mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) consumidores com valores significativos em aberto, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (nesta última com exceção das controladas) e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo.

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os investimentos da Companhia e suas controladas incluem o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada identificado no processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto e coligadas, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

d) Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecido no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença representa a expectativa de geração de valor futura. O ágio decorrente da combinação de negócios é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio (goodwill). O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento.

e) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição de energia – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão. As alterações introduzidas pelo CPC 47/IFRS 15 impactaram a forma de classificar os ativos de distribuição.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A Cemig D determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Cemig D mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

Atividade de transmissão – Os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos de contrato a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando as obrigações de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo de contrato.

Desta forma, com base nas características contratuais, as controladas classificaram o ativo como contratual uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação do referido ativo financeiro de acordo com o CPC 48/IFRS 09.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, parte dos ativos de transmissão das concessões é objeto de indenização pelo Poder Concedente, tendo sido baixada em 31 de dezembro de 2012, com o reconhecimento de um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida no período de 8 anos. Mais informações na nota explicativa nº 16 – Ativos de contrato.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida através de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 15, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Atividade de distribuição de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Gasmig determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício e levado em consideração pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

f) Ativos Intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

g) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica. Limitadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

h) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i) Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k) Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. São mensurados pelo menor preço entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa nº 33. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

l) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, gás e outros, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e representam o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 15.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Cemig D.

m) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização dos ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n) Informação por Segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro e Contratual da Concessão, Intangível e Imobilizado.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2018		31/12/2017	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	100,00	
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	100,00	
Gasmig	Consolidação	99,57	-	99,57	
Cemig Telecom (1)	Consolidação	-		100,00	
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga) (2)	Consolidação	100,00	-	100,00	
Efficientia	Consolidação	100,00	-	100,00	
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	Consolidação	100,00	-	100,00	
Rio Minas Energia e Participações	Consolidação	100,00	-	75,00	
Light (3)	Consolidação	26,06	23,93	26,06	22,80
LightGer(4)	Consolidação	-	74,49	-	73,92
Guanhães (4)	Consolidação	-	74,49	-	73,92
Axxion (4)	Consolidação	49,00	25,49	49,00	24,92
UHE Itaocara(4)	Consolidação	-	74,49	-	73,92

(1) Empresa incorporada pela Companhia em 31 de março de 2018.

(2) Em 2018, a razão social da UTE Ipatinga foi alterada para Cemig Geração Distribuída S.A.

(3) Em dezembro de 2018, a Cemig passou a ter o controle acionário da Light com o percentual de 49,99%. A Cemig consolida a Light em suas demonstrações financeiras mesmo não mantendo participação majoritária. Mais informações nas notas explicativas nº 17.1 e 33.

(4) Após assumir o controle da Light a Cemig passou a consolidar estas empresas em suas demonstrações financeiras por assumir o controle das mesmas por meio de suas participações direta e indiretas.

A composição das participações nas empresas que passaram a ser consolidadas a partir da aquisição do controle da Light são conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2018			
		Participação Direta (%)	Participação Indireta Via Cemig GT (%)	Participação Indireta Via Light (%)	Participação Total (%)
LightGer	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49
Guanhães	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49
Axxion	Consolidação	49,00	-	25,49	74,49
UHE Itaocara	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49

Apesar da Cemig deter, de forma indireta, 87,25% das ações totais da Amazônia Energia Participações S.A, a mesma não foi consolidada nas demonstrações financeiras da Cemig. A Amazônia não possui operações e tem apenas um ativo relevante que é o investimento na Norte Energia S.A, investida na qual a Companhia detém controle compartilhado com outros acionistas.

a) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “*joint operations*”, de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Moraes (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (5)	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (5)	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Light SESA	Light	06/1996	06/2026
Light Energia	Light	06/1996	06/2026
PCH Lajes	Light	07/2014	05/2026

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

(4) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, até o exercício de 2017, estavam dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro. Entretanto, considerando a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, do CPC.47, com a análise das obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, esses ativos passaram a ser classificados como ativos de contrato.

(5) Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura da concessão encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado entre ativo intangível e ativo financeiro, e em atendimento ao CPC 47 a infraestrutura em construção foi classificada como ativos de contrato.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia e suas controladas vendem energia elétrica através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia e suas controladas estão autorizadas a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as concessões de transmissão, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como ativos de contrato, considerado a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor Nominal em 2018	Valor Presente em 2018	Período de Vigência da concessão	Índice de Atualização
Irapé	32.964	14.707	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.229	4.027	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	-	-	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	-	-	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	-	-	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*)Diversas PCH's, com potência instalada inferior a 50 MW.: Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2018, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2018	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	100,00	1.762	2.019	1.902
Queimado (Consórcio)	82,50	501	588	554
PCH Salto Morais	100,00	12	-	-
PCH Rio de Pedras	100,00	35	-	-
Diversas PCH's (*)	100,00	171	-	-

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Concessões de Distribuição de Energia

A Cemig D detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Cemig D solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECI) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;

- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0 ;
- LAJIDA³ ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida⁴ / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (80% da SELIC) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da SELIC) (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da SELIC;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Concessões para Distribuição de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais, as tarifas de gás natural são fixadas, pelo órgão regulador – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, de acordo com o segmento de mercado. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e uma vez ao ano para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Concessionária.

Além destes reajustes, em abril de 2015 a Secretaria de Desenvolvimento Econômico encaminhou à controlada GASMIG o Ofício SEDE/GAB/Nº303/2014 informando o cronograma previsto para o 1º ciclo de Revisão Tarifária. Devido a atrasos, a metodologia do 1º ciclo de Revisão Tarifária foi definida em julho de 2017 e a consulta pública acerca da Receita Requerida foi aberta em dezembro de 2018 e as contribuições foram enviadas em fevereiro de 2019. A expectativa de homologação da tarifa para este ciclo tarifário deve ocorrer no ano de 2019. Estas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No Contrato de Concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

Em 14 de dezembro de 2018, por meio do Ofício SEDECTES/SMEL nº. 22/2018, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (“SEDECTES” ou “poder concedente”) apresentou estudo, elaborado pela FGV, para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Gasmig embasado também em consulta efetuada à Advocacia Geral do Estado (AGE). O reequilíbrio pretendido pelo poder concedente, consiste na substituição da obrigação contratual de construção do gasoduto para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN) que seria construída pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, na região do Triângulo Mineiro, pelo pagamento de uma contraprestação ao Estado, a título de bônus de outorga, no valor estimado pela SEDECTES em R\$852 milhões. Diante do estudo, a SEDECTES solicitou a manifestação da Gasmig e iniciou as tratativas para a solução do desequilíbrio apontado, considerando que a prorrogação do contrato de concessão, definida no segundo termo aditivo, permitindo a extensão do prazo de vigência do ano de 2023 para 2053, tinha como condição a execução dos investimentos para a construção do gasoduto.

Nesse contexto, a Gasmig contratou assessoria especializada para elaborar laudo independente de avaliação econômico-financeira e legal opinion, para fins de apuração do valor justo da contraprestação a ser paga ao Estado, a fim de possibilitar o reequilíbrio da concessão. Os órgãos de governança da Gasmig e da sua controladora Cemig estão acompanhando a evolução dessas discussões com o poder concedente.

O pagamento do bônus de outorga, quando efetuado, deverá ser considerado como ativo intangível regulatório e, portanto, incorporado na base de remuneração regulatória dos ativos da concessão.

Nenhuma modificação no tratamento contábil do contrato de concessão, considerando a sua prorrogação, foi efetuado em função deste assunto nas demonstrações financeiras da Gasmig no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás através de sua controlada Gasmig (vide nota explicativa nº 1), e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

As informações por segmento referentes ao exercício 2018 e 2017 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES (1)	OUTRAS (1)	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO (1)	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO (1)					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.670.719	3.862.238	37.840.059	1.822.176	9.584	2.606.857	(956.960)	59.854.673
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.055.190	1.162.879	-	-	-	16.509	-	5.234.578
ADIÇÕES AO SEGMENTO	558.649	-	129.602	91	8.646	195	-	697.183
ADIÇÕES AO ATIVO CONTRATUAL	-	95.712	726.713	70.228	-	-	-	892.653
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA LÍQUIDA	6.374.319	675.656	13.756.860	1.618.942	-	133.704	(293.264)	22.266.217
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia elétrica comprada para revenda	(3.917.436)	-	(7.237.526)	-	-	(2)	70.770	(11.084.194)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(216.413)	-	(1.463.469)	-	-	-	200.468	(1.479.414)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.238.085)	-	-	-	(1.238.085)
Total	(4.133.849)	-	(8.700.995)	(1.238.085)	-	(2)	271.238	(13.801.693)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(229.871)	(108.125)	(965.345)	(59.812)	(17.854)	(29.484)	-	(1.410.491)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(10.278)	(6.651)	(50.506)	-	351	(9.677)	-	(76.761)
Obrigações pós-emprego	(45.619)	(26.716)	(224.041)	-	-	(40.629)	-	(337.005)
Materiais	(38.516)	(5.059)	(57.526)	(1.802)	(1.209)	(325)	21	(104.416)
Serviços de terceiros	(123.462)	(40.338)	(880.318)	(20.472)	(8.707)	(29.517)	15.405	(1.087.409)
Depreciação e amortização	(164.158)	-	(594.922)	(73.505)	(1.291)	(717)	-	(834.593)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(106.697)	(11.526)	(332.200)	1.516	605	(18.466)	-	(466.768)
Custos de construção de infraestrutura	-	(95.712)	(756.964)	(44.814)	-	-	-	(897.490)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(64.961)	(16.906)	(203.352)	(12.884)	(3.218)	(108.878)	6.600	(403.599)
Total do Custo de Operação	(783.562)	(311.033)	(4.065.174)	(211.773)	(31.323)	(237.693)	22.026	(5.618.532)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.917.411)	(311.033)	(12.766.169)	(1.449.858)	(31.323)	(237.695)	293.264	(19.420.225)
Resultado de equivalência patrimonial	(352.389)	230.406	33.655	-	(763)	(14.458)	-	(103.549)
Remensuração de participação anterior de adquiridas	79.693	-	(52.186)	-	-	(146.624)	-	(119.117)
Ajuste referente à desvalorização em Investimento	(127.427)	-	-	-	-	-	-	(127.427)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.056.785	595.029	972.160	169.084	(32.086)	(265.073)	-	2.495.899
Receitas financeiras	1.112.547	60.959	433.976	83.537	1.223	13.437	-	1.705.679
Despesas financeiras	(1.536.595)	(4.507)	(620.874)	(37.649)	(4.871)	(19.665)	-	(2.224.161)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	632.737	651.481	785.262	214.972	(35.734)	(271.301)	-	1.977.415
Imposto de renda e contribuição social	(276.236)	(122.073)	(216.737)	(53.288)	11.500	57.710	-	(599.124)
RESULTADO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	356.501	529.408	568.525	161.684	(24.234)	(213.591)	-	1.378.293
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS								
Resultado do período prov. de op. Descontinuadas (nota nº 33)	12.253	-	61.239	-	289.928	-	-	363.420
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	368.754	529.408	629.764	161.684	265.694	(213.591)	-	1.741.713
Participação dos acionistas controladores	360.938	529.408	598.840	160.923	265.694	(215.704)	-	1.700.099
Participação de acionista não controlador (nota nº 27)	7.816	-	30.924	761	-	2.113	-	41.614
	368.754	529.408	629.764	161.684	265.694	(213.591)	-	1.741.713

1) Conforme divulgado na nota explicativa nº 33, determinados ativos dos segmentos de geração, distribuição, telecomunicações e outros foram classificados como mantidos para venda. As receitas e despesas destes segmentos foram apresentadas de forma a segregar o resultado oriundo das atividades em continuidade do resultado das operações descontinuadas.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por atividade é conforme segue:

2018	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.064.849	-	17.885.000	-	-	(77.854)	24.871.995
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	-	2.066.845	-	-	(22.246)	2.044.599
CVA e Outros Componentes Financeiros	-	-	1.973.064	-	-	-	1.973.064
Receita de Concessão de Transmissão	-	589.055	-	-	-	(178.203)	410.852
Receita de Construção da Transmissão	-	95.712	-	-	-	-	95.712
Receita de Indenização de Transmissão	-	250.375	-	-	-	-	250.375
Receita de Indenização da Geração	55.332	-	-	-	-	-	55.332
Receita de Construção de Distribuição	-	-	756.964	44.814	-	-	801.778
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	325	-	-	-	325
Receita de Atualização Financeira de Bonificação pela Outorga	321.427	-	-	-	-	-	321.427
Transações com energia na CCEE	217.216	-	-	-	2	-	217.218
Fornecimento de Gás	-	-	-	1.995.427	-	(21)	1.995.406
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(44.326)	-	-	-	(44.326)
Outras Receitas Operacionais	81.969	28.275	1.344.778	16	143.996	(14.940)	1.584.094
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(1.366.474)	(287.761)	(10.225.790)	(421.315)	(10.294)	-	(12.311.634)
Receita Operacional Líquida	6.374.319	675.656	13.756.860	1.618.942	133.704	(293.264)	22.266.217

Detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 28.

2017	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.339.807	-	16.442.514	-	-	-	(80.960)	23.701.361
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	-	1.643.377	-	-	-	(32.784)	1.610.593
CVA e Outros Componentes Financeiros	-	-	988.260	-	-	-	-	988.260
Receita de Concessão de Transmissão	-	519.184	-	-	-	-	(148.118)	371.066
Receita de Construção da Transmissão	-	24.827	-	-	-	-	-	24.827
Receita de Indenização de Transmissão	-	373.217	-	-	-	-	-	373.217
Receita de Indenização da Geração	271.607	-	-	-	-	-	-	271.607
Receita de Construção de Distribuição	-	-	1.044.681	-	49.240	-	-	1.093.921
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	8.586	-	-	-	-	8.586
Receita de Atualização Financeira de Bonificação pela Outorga	316.880	-	-	-	-	-	-	316.880
Transações com energia na CCEE	860.101	-	-	-	-	7	-	860.108
Fornecimento de Gás	-	-	-	-	1.758.711	-	(19)	1.758.692
Outras Receitas Operacionais	36.547	9.391	1.174.630	167.814	1.525	119.848	(26.378)	1.483.377
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(1.429.627)	(167.105)	(9.177.481)	(40.523)	(327.486)	(8.583)	-	(11.150.805)
Receita Operacional Líquida	7.395.315	759.514	12.124.567	127.291	1.481.990	111.272	(288.259)	21.711.690

Detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 28.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.365.635	3.954.921	20.021.054	2.000.287	347.344	1.582.372	(32.024)	42.239.589
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.723.336	1.122.046	1.917.527	-	-	29.316	-	7.792.225
ADIÇÕES AO SEGMENTO	307.794	-	1.082.877	56.619	46.687	778	-	1.494.755
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	174.082	145.283	-	-	-	-	319.365
RECEITA LÍQUIDA	7.190.105	776.960	12.312.331	1.481.990	127.291	111.272	(288.259)	21.711.690
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia elétrica comprada para revenda	(4.209.271)	-	(6.782.988)	-	-	(8)	72.791	(10.919.476)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(352.455)	-	(1.002.452)	-	-	-	180.984	(1.173.923)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.070.623)	-	-	-	(1.070.623)
Total	(4.561.726)	-	(7.785.440)	(1.070.623)	-	(8)	253.775	(13.164.022)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(281.120)	(106.285)	(1.123.026)	(55.434)	(20.249)	(40.912)	-	(1.627.026)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(1.278)	(59)	(2.657)	-	(380)	(266)	-	(4.640)
Obrigações pós-emprego	39.235	19.316	179.589	-	-	(9.480)	-	228.660
Materiais	(21.468)	(3.595)	(43.267)	(1.962)	(255)	(400)	20	(70.927)
Serviços de terceiros	(126.805)	(31.471)	(784.654)	(16.640)	(28.146)	(16.815)	30.574	(973.957)
Depreciação e amortização	(176.177)	-	(566.578)	(71.348)	(35.136)	(529)	-	(849.768)
Provisões (reversões) operacionais	(139.285)	(10.076)	(468.857)	(1.975)	(1.105)	(232.370)	-	(853.668)
Custos de construção	-	(24.827)	(1.044.682)	(49.240)	-	-	-	(1.118.749)
Outras despesas operacionais líquidas	(117.052)	(10.712)	(408.392)	(14.963)	(23.201)	187.484	3.890	(382.946)
Total do Custo de Operação	(823.950)	(167.709)	(4.262.524)	(211.562)	(108.472)	(113.288)	34.484	(5.653.021)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.385.676)	(167.709)	(12.047.964)	(1.282.185)	(108.472)	(113.296)	288.259	(18.817.043)
Resultado de equivalência patrimonial	(519.024)	234.533	41.648	-	(2.295)	(7.102)	-	(252.240)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.285.405	843.784	306.015	199.805	16.524	(9.126)	-	2.642.407
Receitas financeiras	225.856	8.968	397.277	48.400	3.059	120.153	-	803.713
Despesas financeiras	(1.161.112)	(3.443)	(815.025)	(42.657)	(13.635)	235.608	-	(1.800.264)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	350.149	849.309	(111.733)	205.548	5.948	346.635	-	1.645.856
Imposto de renda e contribuição social	(256.648)	(188.831)	30.711	(71.533)	(3.274)	(154.685)	-	(644.260)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	93.501	660.478	(81.022)	134.015	2.674	191.950	-	1.001.596
Participação dos acionistas controladores	<u>93.501</u>	<u>660.478</u>	<u>(81.022)</u>	<u>133.373</u>	<u>2.674</u>	<u>191.950</u>	<u>-</u>	<u>1.000.954</u>
Participação de acionista não controlador	-	-	-	642	-	-	-	642
	<u>93.501</u>	<u>660.478</u>	<u>(81.022)</u>	<u>134.015</u>	<u>2.674</u>	<u>191.950</u>	<u>-</u>	<u>1.001.596</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Contas bancárias	107.516	113.495	7.602	4.645
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	555.008	685.826	21.534	20.799
Overnight (2)	228.280	226.629	25.194	13.228
Outros	-	4.307	-	-
	<u>783.288</u>	<u>916.762</u>	<u>46.728</u>	<u>34.027</u>
	<u>890.804</u>	<u>1.030.257</u>	<u>54.330</u>	<u>38.672</u>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 40% a 106% em 31 de dezembro de 2018 (50% a 106% em 31 de dezembro de 2017) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% em 31 de dezembro de 2018 (6,89% em 31 de dezembro de 2017) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 32.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	-	2.652	-	144
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	434.735	303.355	47.979	17.706
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	253.868	739.945	28.018	43.189
Debêntures (4)	11.292	10.663	4.129	2.142
Outros	3.656	1.769	655	779
	703.551	1.058.384	80.781	63.960
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	240	-	44	-
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	108.443	-	10.647	-
Debêntures (4)	-	29.753	-	1.737
	108.683	29.753	10.691	1.737
	812.234	1.088.137	91.472	65.697

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 2018 (100,25% a 105,25% em 2017), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI em 2018 (102,01% a 112% em 2017).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI em 2018 (104,25% a 161,54% em 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 32. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 31.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldo a Vencer	Consolidado				
		Vencidos até 90 dias	Vencidos 91 até 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2018	31/12/2017
Fornecimento de energia faturado	1.345.007	759.357	392.542	491.885	2.988.791	2.688.622
Fornecimento de energia não faturado	1.048.261	-	-	-	1.048.261	993.699
Suprimento a outras concessionárias	6.641	36.324	2.250	1.763	46.978	25.642
Suprimento a outras concessionárias não faturado	281.655	-	-	-	281.655	283.061
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	1.092	157.707	-	6.921	165.720	381.150
Concessionários – transporte de energia faturado	75.575	15.148	2.772	86.541	180.036	159.194
Concessionários – transporte de energia não faturado	212.338	-	-	-	212.338	177.308
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(178.915)	(20.746)	(19.944)	(531.563)	(751.168)	(567.956)
	2.791.654	947.790	377.620	55.547	4.172.611	4.140.720
Ativo Circulante					4.091.722	3.885.392
Ativo não Circulante					80.889	255.328

	Saldo a Vencer	Controladora				
		Vencidos até 90 dias	Vencidos 91 até 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2018	31/12/2017
Fornecimento faturado (serviços de telecomunicações)	1.074	1.774	711	22.284	25.843	-
Fornecimento não faturado	2.254	-	-	-	2.254	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(22.284)	(22.284)	-
	3.328	1.774	711	-	5.813	-

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 32.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Residencial	136.866	160.482
Industrial	171.732	178.058
Comércio, serviços e outras	188.819	117.438
Rural	33.517	17.334
Poder público	119.571	11.984
Iluminação pública	5.615	4.740
Serviço público	27.318	10.187
Encargos de uso de rede - TUSD	67.730	67.733
	751.168	567.956

A movimentação do ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2018 e 2017 é como segue:

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.105
Constituições líquidas (nota 29 d)	248.280
Baixas	(340.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	567.956
Efeitos da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 (1) (nota 2.4)	150.114
Constituições líquidas – efeito no resultado (nota 29 d)	264.416
Baixas	(231.318)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	751.168

(1) Reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício.

Adiantamentos de clientes

A Cemig GT e Cemig D receberam de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	324.606
Baixa	(317.557)
Atualização financeira (nota 30)	44.513
Saldo em 31 de dezembro de 2017	232.762
Adição	50.000
Baixa	(214.445)
Atualização financeira (nota 30)	11.088
Saldo em 31 de dezembro de 2018	79.405

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Cemig GT e Cemig D nas condições a seguir:

Contraparte	31/12/2018			Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh a entregar		
BTG Pactual	-	1,20 a 1,57% a.m.	-	-	42.920
Deal Comercializadora	-	1,2% a.m.	-	-	772
White Martins Gases Industriais Ltda	Janeiro a março de 2019	124% do CDI	71.574	40.267	147.066
White Martins Gases Industriais Ltda	Janeiro a março de 2019	124% do CDI	-	334	42.004
Ferroligas	Janeiro a junho de 2019	136% do CDI	-	38.804	-
				79.405	232.762

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega, pois se entende que as obrigações de desempenho foram cumpridas.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS a recuperar	79.956	71.430	2.778	-
PIS-PASEP	4.150	12.130	20	6
COFINS	21.463	56.023	125	37
Outros	18.614	34.207	97	-
	124.183	173.790	3.020	43
Não Circulante				
ICMS a recuperar	239.789	224.752	1.862	-
PIS-PASEP	3	569	3	2
COFINS	12	3.131	12	12
Outros	2.552	2.226	1.795	1.796
	242.356	230.678	3.672	1.810
	366.539	404.468	6.692	1.853

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2019.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda	252.756	230.224	36.023	25.809
Contribuição social	139.428	129.967	7.652	14.530
	392.184	360.191	43.675	40.339
Circulante	386.668	339.574	41.274	19.722
Não Circulante	5.516	20.617	2.401	20.617

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas empresas controladas sujeitas ao lucro real que optaram pelo recolhimento mensal por estimativa sobre a receita, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Imposto de renda	83.213	88.152	-	-
Contribuição social	28.850	27.144	-	-
	112.063	115.296	-	-

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	373.413	523.595	118.761	165.235
Provisões para contingências	217.908	217.787	21.829	21.486
Provisão para perda em investimentos	609.159	334.687	609.159	333.192
Provisões operacionais	455.437	538.640	1.732	172.459
Provisões PRL	24.586	1.486	1.418	29
Obrigações pós-emprego	1.476.519	1.179.257	163.399	144.176
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	278.897	207.415	8.161	7.775
Tributos com exigibilidade suspensa	-	14.093	-	-
Concessão onerosa	7.683	8.227	-	-
Ajuste a valor justo swap - Perda	-	12.923	-	-
Outros	26.753	14.169	-	-
Total	3.470.355	3.052.279	924.459	844.352
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de captação	(25.254)	(31.115)	-	-
Custo atribuído	(239.092)	(275.543)	-	-
Valor justo de participações societárias	(501.311)	(463.573)	(113.673)	(87.613)
Encargos financeiros capitalizados	(167.454)	(165.582)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(4.715)	(785)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(804.077)	(937.485)	-	-
Ajuste a valor justo swap - Perda	(276.534)	(1.524)	-	-
Outros	(33.474)	(40.133)	(1.516)	-
Total	(2.051.911)	(1.915.740)	(115.189)	(87.613)
Total Líquido	1.418.444	1.136.539	809.270	756.739
Total do Ativo	2.146.863	1.871.228	809.270	756.739
Total do Passivo	(728.419)	(734.689)	-	-

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.215.247	789.318
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(197.912)	(54.611)
<i>Efeito alocado às Demonstrações de Resultados Abrangentes</i>		
Perda líquida (ganho) sobre remensuração atuarial	132.781	22.032
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(13.577)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.136.539	756.739
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações em continuidade	(15.850)	43.191
<i>Efeito alocado às Demonstrações de Resultados Abrangentes</i>		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	239.390	7.624
<i>Efeitos alocados no Patrimônio Líquido</i>		
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9 - efeitos alocados ao patrimônio líquido (nota 2.5)	51.038	-
Reversão de custo atribuído	17.547	-
Transferência para ativos mantidos para a venda	(3.405)	667
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(3.514)	-
Tributos diferidos oriundos de incorporação de controlada	-	1.049
Tributos diferidos oriundos de combinações de negócios	(3.301)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.418.444	809.270

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2019, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, referente à projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2019.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2018, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2019	567.360	145.934
2020	565.921	171.709
2021	541.937	171.710
2022	546.646	171.712
2023	492.240	171.313
2024 a 2026	457.897	59.401
2027 a 2028	298.354	32.680
	3.470.355	924.459

d) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	1.977.415	1.645.856	1.309.999	1.141.275
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(672.321)	(559.591)	(445.400)	(388.034)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	(61.473)	(128.769)	495.704	279.329
Ganho Diluição Participação Societária	-	7.686	-	-
Contribuições e Doações Inedutíveis	(5.763)	(6.118)	(808)	(592)
Incentivo Fiscal	29.053	10.534	3.097	2.028
Provisão desligamento voluntário	(814)	242	(18)	242
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	89.262	80.750	-	-
Multas Inedutíveis	(12.041)	(13.559)	(45)	(11)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	-	(2.030)	-	-
Outros	(36.427)	(33.405)	(41.307)	(33.283)
Juros sobre o capital próprio	71.400	-	71.400	-
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(599.124)	(644.260)	82.623	(140.321)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(583.273)	(446.348)	39.432	(85.710)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(15.851)	(197.912)	43.191	(54.611)
	(599.124)	(644.260)	82.623	(140.321)
Alíquota efetiva	30,30%	37,80%	6,31%	12,12%

11. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$90.993 em 31 de dezembro de 2018, refere-se principalmente, a valor depositado em conta garantia pela Cemig GT referentes a garantias de contratos de compra de energia junto à Saesa, Eletronorte e Copel. Comparativamente, o valor de R\$106.227 em 31 de dezembro de 2017 referia-se a garantia para liquidação das opções de venda de ações da RME e foi, integralmente, utilizado na liquidação desta opção de venda em 30 de novembro de 2018 (mais detalhes na nota explicativa nº 32).

12. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo efetuado relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Considerando a previsão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez a retenção em 28 de dezembro de 2018 do valor de R\$7.597, correspondente aos dividendos que deveriam ser pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais naquela data.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2018 foram recebidos R\$53.887, sendo R\$46.290 correspondentes a 2 parcelas e R\$7.597 de dividendos retidos, permanecendo um saldo a receber de R\$245.566 reconhecidos no ativo não circulante, em decorrência dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018. A Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis, tendo em vista, inclusive, as garantias mencionadas acima, que a Companhia pretende executar em caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos.

13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhista	334.685	303.699	41.015	35.270
Fiscais				
Imposto de renda sob JCP	27.852	26.861	265	244
PASEP/COFINS (a)	1.402.117	1.337.086	-	-
ITCD	51.075	48.981	50.635	48.541
IPTU	86.906	79.505	69.242	68.675
FINSOCIAL	38.455	37.170	38.455	37.170
IR/INSS - indenização do anuênio (1)	274.871	267.432	13.200	12.853
IRRF sobre lucro inflacionário	8.438	-	8.437	-
CSLL (2)	18.062	-	-	-
Outros	155.364	116.585	65.416	31.252
	2.063.140	1.913.620	245.650	198.735
Outros				
Regulatório	52.701	60.243	29.565	29.589
Responsabilidade civil	9.328	16.094	3.568	5.811
Relações de consumo	6.132	6.204	987	1.561
Bloqueio judicial	12.394	14.358	4.148	5.515
Outros	23.132	21.414	1.412	1.310
	103.687	118.313	39.680	43.786
	2.501.512	2.335.632	326.345	277.791

(1) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 25 – Provisões (Indenização do Anuênio);

(2) Depósito judicial relativo ao processo que discute a autuação referente à tributação de CSLL dos valores das doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, das despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

a) Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base dessas contribuições. As controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos as controladas adotaram os seguintes procedimentos:

- A Cemig GT reverteu a provisão no montante de R\$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R\$201.211 em 31 de dezembro de 2018 (R\$183.606 em 31 de dezembro de 2017).
- A Cemig D, mantém depósito judicial de R\$1.148.604 (R\$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017) e realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Mais detalhes nota explicativa nº 21.

14. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2018, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$953.140 (R\$841.767 em 2017). Deste valor, a Cemig D tem a receber R\$82.470 (R\$73.345 em 2017) e a Cemig GT R\$8.375 (R\$3.741 em 2017), reconhecidos no ativo circulante.

15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO E SETORIAIS

Ativos Financeiros da Concessão - consolidado	2018	2017
Ativos relacionados à infraestrutura (15.1)		
Concessões de distribuição	395.743	369.762
Indenização a receber – transmissão (15.2)	1.296.314	1.928.038
Concessões de transmissão – ativos remunerados por tarifa (15.3)	-	547.800
Indenizações a receber – geração (15.4)	816.202	1.900.757
Bonificação pela outorga – concessões de geração (15.5)	2.408.930	2.337.135
	4.917.189	7.083.492
Ativos Financeiros Setoriais - consolidado	2018	2017
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (15.6)	1.080.693	369.010
Total	5.997.882	7.452.502
Ativo Circulante	1.070.384	847.877
Ativo Não Circulante	4.927.498	6.604.625
Passivos Financeiros Setoriais - consolidado	2018	2017
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (15.6)	-	414.800
Passivo Circulante	-	414.800

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.287.511	2.800.389	216.107	5.304.007
Adições	24.827	-	-	24.827
Transferência do imobilizado das usinas não renovadas (Volta Grande, Miranda e São Simão)	-	1.082.526	-	1.082.526
Baixas	(1.741)	-	(215)	(1.956)
Recebimentos	(264.164)	(233.511)	-	(497.675)
Transferência entre imobilizado/ativo financeiro/intangível	1.830	-	145.283	147.113
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão	149.255	-	-	149.255
Ajuste indenização usinas não renovadas (Portaria nº 291) – incluindo a atualização financeira	-	271.607	-	271.607
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	54.358	-	8.587	62.945
Atualização financeira	223.962	316.881	-	540.843
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.475.838	4.237.892	369.762	7.083.492
Efeitos da adoção inicial do CPC 47/IFRS (15.1, 15.3)	(1.092.271)	-	-	(1.092.271)
Recebimentos	(249.207)	(1.388.985)	-	(1.638.192)
Transferências entre imobilizado e ativos de contrato	-	-	26.695	26.695
Outras transferências	-	(532)	(50)	(582)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	-	325	325
Atualização financeira	161.954	376.757	-	538.711
Baixas	-	-	(989)	(989)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.296.314	3.225.132	395.743	4.917.189

15.1 Distribuição - Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao custo amortizado conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

15.2 Transmissão - Indenização a Receber

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$1.296.314 (R\$1.928.038 em 31 de dezembro de 2017) é classificado como ativo financeiro, pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$936.945 (R\$992.802 em 31 de dezembro de 2017) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP, a partir de julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13 - RBSE.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$359.369 em 31 de dezembro de 2018 (R\$316.138 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela variação do IPCA.

A ANEEL, em atendimento à decisão judicial, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia e sua controlada, Cemig GT, entendem que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de dezembro de 2018.

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

A ANEEL julgou devido o pleito da controlada Cemig GT relativo à inclusão de alguns cabos condutores no cálculo tarifário e apurou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias de 23 de junho de 2009 e 08 de junho de 2010. Os novos valores calculados dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 foram atualizados, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP até junho de 2018.

15.3 Transmissão – ativos remunerados por tarifa

Os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão no montante de R\$1.092.271 passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativos de contrato, conforme requerido pelo CPC 47/ IFRS 15. Até 31 de dezembro de 2017, esses ativos eram classificados como ativo financeiro dentro dos critérios do ICPC 01/ IFRIC 12, conforme descrito na nota explicativa nº 16 – Ativos de Contrato.

15.4 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, com o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, a controlada passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no Ativo Financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e montam R\$816.202 em 31 de dezembro de 2018 (R\$816.411 em 31 de dezembro de 2017).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda (1)	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará (1)	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão (1)	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

- (1) Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da controlada, Cemig GT, não espera perdas na realização desses valores.

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Usinas Miranda e São Simão – projetos básicos

A controlada, Cemig GT, recebeu em 31 de agosto de 2018 a indenização referente aos projetos básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R\$1.139.355, cujos valores indenizados foram atualizados monetariamente pela variação da SELIC até a data do recebimento.

Usinas	Miranda	São Simão	Total
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 31/12/2017	609.995	202.744	812.739
Ajuste conforme Portaria MME 291/17	174.157	40.855	215.012
Valores Portaria MME	784.152	243.599	1.027.751
Atualização	25.373	31.222	56.595
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/17	809.525	274.821	1.084.346
Atualização (1)	42.118	12.891	55.009
Recebimentos	(851.643)	(287.712)	(1.139.355)
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/18	-	-	-

(1) Atualização líquida de transferências de R\$323.

15.5 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	173.892	(134.126)	1.369.900
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	54.816	(42.299)	429.910
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	22.990	(17.983)	160.601
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	17.129	(13.387)	120.452
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	23.884	(18.837)	157.217
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	17.867	(14.303)	106.697
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	10.847	(8.695)	64.153
Total		2.337.135	321.425	(249.630)	2.408.930

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	172.402	(125.465)	1.330.134
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	54.322	(39.568)	417.393
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	22.512	(16.822)	155.594
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	16.786	(12.523)	116.710
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	23.237	(17.620)	152.170
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	17.198	(13.380)	103.133
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	10.424	(8.133)	62.001
Total		2.253.765	316.881	(233.511)	2.337.135

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo reconhecida como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão. A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais

15.6 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.184.458	2.545.994	3.730.452	381.588	2.330.978	2.712.566
Ativo circulante	1.184.458	1.505.264	2.689.722	381.588	1.379.162	1.760.750
Ativo não circulante	-	1.040.730	1.040.730	-	951.816	951.816
Passivo	(1.140.507)	(1.509.252)	(2.649.759)	(796.388)	(1.961.968)	(2.758.356)
Passivo circulante	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)
Passivo não circulante	-	(606.911)	(606.911)	-	(741.331)	(741.331)
Total circulante líquido	43.951	602.923	646.874	(414.800)	158.525	(256.275)
Total não circulante líquido	-	433.819	433.819	-	210.485	210.485
Total líquido	43.951	1.036.742	1.080.693	(414.800)	369.010	(45.790)

Componentes Financeiros	31/12/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	1.172	220.016	221.188	(154.234)	(89.414)	(243.648)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	24.263	(5.577)	18.686	9.058	23.448	32.506
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	2.266	15.580	17.846	2.332	1.306	3.638
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	3.106	5.154	8.260	(5.148)	1.513	(3.635)
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(246.181)	(287.474)	(533.655)	(40.105)	(586.413)	(626.518)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	667.149	1.401.917	2.069.066	(90.616)	1.326.263	1.235.647
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(204.056)	(12.920)	(216.976)	8.357	(211.337)	(202.980)
Neutralidade da parcela A	53.008	(14.883)	38.125	(30.581)	74.076	43.495
Outros itens financeiros	(235.964)	(211.525)	(447.489)	(111.825)	-	(111.825)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(11.215)	(11.215)	-	(134.008)	(134.008)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(20.812)	(62.331)	(83.143)	(2.038)	(36.424)	(38.462)
TOTAL	43.951	1.036.742	1.080.693	(414.800)	369.010	(45.790)

(1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios.

(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
Constituição líquida de ativos financeiros	810.634
Realização	177.626
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(585.527)
Atualização Selic (nota 30)	(41.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros (1)	1.638.462
Realização	334.602
Outros – Ressarcimento P&D (2)	(114.782)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(793.822)
Atualização Selic (nota 30)	62.023
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693

- 1) A constituição de CVA no período se deve, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido no próximo reajuste tarifário;
- 2) Trata-se da devolução do excedente de arrecadação adicional de 0,3% sobre a receita operacional líquida prevista na Lei 12.111/2009, repassado às tarifas de energia elétrica e recolhido ao Tesouro Nacional de janeiro/2010 a dezembro/2012, visando ressarcir Estados, Municípios pela eventual perda de recolhimento de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$793.822 (R\$585.527 em 2017) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

16. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	518.162	-
Gás – ativos de infraestrutura em construção	81.475	-
Transmissão – ativos de indenização incorporados a base de remuneração de ativos	492.405	-
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	636.905	-
	1.728.947	-
Circulante	130.951	-
Não Circulante	1.597.996	-

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 (nota 19)	1.092.271	531.750	89.497	1.713.518
Adições (1) (nota 15e)	95.712	726.713	70.228	892.653
Atualização financeira	88.421	-	-	88.421
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	12.934	-	-	12.934
Recebimentos	(161.527)	-	-	(161.527)
Transferências para o ativo financeiro	-	(26.695)	-	(26.695)
Transferências para o ativo intangível	-	(671.577)	(78.250)	(749.827)
Transferências para o Imobilizado	1.499	-	-	1.499
Provisão para redução do valor recuperável (2)	-	(42.029)	-	(42.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.129.310	518.162	81.475	1.728.947

- (1) Dentre as adições nos ativos de distribuição no montante de R\$726.713, realizadas no exercício de 2018, está contemplado o valor de R\$26.364 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22.
- (2) Em 31 de dezembro de 2018, a Cemig D registrou provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos em curso a longa data no montante de R\$42.029. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e Gás

Em conformidade com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Cemig D e Gasmig de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada a construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Em conformidade com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos de contrato a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão.

Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

- Saldo remanescente a ser recebido através da RAP - O saldo remanescente da indenização de transmissão em função da adesão aos termos da Lei 12.783/13 no montante de R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017, classificado como ativo financeiro) foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

Transmissão – Ativos remunerados por tarifa - Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber é de R\$636.905 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017, classificado como ativo financeiro).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a ser registrada como um ativo de contrato, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

17. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.064.127	4.793.832
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	49.213	57.957	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	-	25.018	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	30.629	26.023	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	170.720	157.773	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	663.755	576.704	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	270.090	534.761	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	470.022	582.504	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	-	40.832	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	162.224	148.422	-	-
Renova	Controlada em conjunto	-	282.524	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.216.860	1.242.170	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	Controlada	-	60.101	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Controlada	-	67.725	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Controlada em conjunto	-	50.569	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	1.012.635	866.554	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Controlada em conjunto	-	3.699	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	4.642.358	3.737.310
Light (1)	Controlada	-	1.534.294	-	1.083.140
TAESA	Controlada em conjunto	1.143.189	1.101.462	1.143.189	1.101.462
Cemig Telecom (2)	Controlada	-	-	-	247.313
Ativas Data Center	Coligada	16.509	17.450	16.509	-
Gasmig	Controlada	-	-	1.439.005	1.418.271
Rosal Energia (5)	Controlada	-	-	-	106.897
Sá Carvalho (5)	Controlada	-	-	-	102.536
Horizontes Energia (5)	Controlada	-	-	-	53.165
Cemig Geração Distribuída	Controlada	-	-	2.741	4.932
Cemig PCH (5)	Controlada	-	-	-	96.944
LEPSA	Controlada	-	-	5.099	455.861
RME (3)	Controlada	-	383.233	47.155	383.233
UTE Barreiro (5)	Controlada	-	-	-	17.982
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica (5)	Controlada	-	-	-	18.403
Efficientia	Controlada	-	-	17.532	7.084
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída (4)	Coligada	9.042	-	-	-
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada (6)	Controlada	-	-	-	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	19.690	20.584	19.690	20.584
Cemig Trading (5)	Controlada	-	-	-	29.206
Axxiom Soluções Tecnológicas	Controlada	-	11.866	8.301	11.866
Cemig Overseas (6)	Controlada	-	-	-	158
Total do Investimento		5.234.578	7.792.225	12.405.706	13.692.183

- (1) Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía controle em conjunto da Light conforme descrito na nota explicativa nº 17.1. Em 30 de novembro de 2018 a Companhia passou a deter o controle e, subsequentemente em atendimento ao disposto no pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5, a Companhia reclassificou o investimento na Light como ativo não circulante mantido para venda.
- (2) Em 31 de março de 2018 a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia;
- (3) Em 30 de novembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da RME, passando, então, a consolidar as informações financeiras desta controlada, cujo único ativo constitui-se de participação no capital da Light. Desta forma, a Companhia deixa de apresentar em suas demonstrações financeiras consolidadas o investimento anteriormente detido na RME, passando a apresentar somente a participação detida na Light;
- (4) Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída pela Efficientia e pela GD Energia (empresa holding do Grupo Mori) com o propósito de desenvolver o projeto de uma usina fotovoltaica, a ser instalada no município de Janaúba-MG, com potência de 5 MW, que será arrendada aos consumidores da Cemig Distribuição, que preencherem as condições impostas pela Resolução Aneel 482/2012;
- (5) Em 30 de novembro de 2018, foi concluída transação de reestruturação societária em que as controladas integrais da Companhia, Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, Cemig PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, Cemig Comercializadora de Energia Incentivada e Cemig Trading, foram transferidas para a subsidiária integral Cemig GT;
- (6) Empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa não possui operações;

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção das participações na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA								
Investidas	31/12/2016	Amortização	Baixa	31/12/2017	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2018
Cemig Geração e Transmissão	303.937	(13.701)	(4.468)	285.768	226.534	(14.226)	(149.440)	348.636
Retiro Baixo	29.525	(1.181)	-	28.344	5.691	(2.069)	-	31.966
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	19.341	(1.527)	(1.311)	16.503	51.198	(1.415)	-	66.286
Central Eólica Volta do Rio (1)	13.807	(1.010)	(1.762)	11.035	85.655	(871)	-	95.819
Central Eólica Praias de Morgado (1)	27.406	(2.055)	(1.395)	23.956	-	(1.943)	(22.013)	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) (2)	157.340	(5.956)	-	151.384	-	(5.957)	(127.427)	18.000
Lightger (4)	-	-	-	-	83.990	-	-	83.990
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	56.518	(1.972)	-	54.546	-	(1.971)	-	52.575
TAESA	288.146	(13.207)	(86.194)	188.745	-	(9.321)	-	179.424
Light (4)	208.800	(22.363)	-	186.437	-	(20.499)	(165.938)	-
Gasmig	207.498	(7.912)	-	199.586	-	(7.911)	-	191.675
LEPSA	48.429	(5.357)	(43.072)	-	-	-	-	-
RME (3)	48.429	(5.064)	-	43.365	20.186	(5.064)	(58.487)	-
TOTAL GERAL	1.105.239	(67.604)	(133.734)	903.901	246.720	(57.021)	(373.865)	719.735

- (1) Movimentações decorrentes da combinação de negócios entre a controlada Cemig GT e a Energimp, conforme descrito no item 17.1 desta nota.
- (2) Em virtude de resultado de análise de indicativo e testes de *impairment*, considerando-se os prejuízos recorrentes apresentados pela Madeira, reconheceu-se provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2018, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), nominal, de 9,59%. A provisão está apresentada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 como "ajuste referente à desvalorização em investimentos";
- (3) Adição e baixa decorrentes da aquisição da totalidade das ações da RME pela Companhia.
- (4) Movimentação em razão da remensuração da participação detida antes da aquisição de controle da Light. Mais informação na nota nº 17.1 desta nota explicativa.

CONSOLIDADO								
Investidas	31/12/2016	Amortização	Baixa	31/12/2017	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2018
TAESA	288.146	(13.207)	(86.194)	188.745	-	(9.321)	-	179.424
Light	208.800	(22.363)	-	186.437	-	(22.362)	(164.075)	-
Gasmig	207.498	(7.912)	-	199.586	-	(7.911)	-	191.675
LEPSA	48.429	(5.357)	(43.072)	-	-	-	-	-
RME	48.429	(5.064)	-	43.365	20.186	(5.064)	(58.487)	-
TOTAL	801.302	(53.903)	(129.266)	618.133	20.186	(44.658)	(222.562)	371.099

b) A movimentação dos Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, é a seguinte:

CONTROLADORA										
Investidas	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Remensuração de participação anterior em controlada adquirida	Equivalência Patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos/ JCP	Aportes/ Aquisição	Baixas	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Outros	31/12/2018
Cemig Geração e Transmissão(5)	4.793.832	590.783	83.990	(101.586)	(302.892)	-	-	-	-	5.064.127
Cemig Distribuição (2)/(6)	3.737.310	534.870	-	(348.311)	(282.435)	1.100.000	-	-	(99.076)	4.642.358
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	-	(416)	-	-	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	(607)	-	-	-	-	-	-	17.116	16.509
Rosal Energia (3)	106.897	15.389	-	-	(16.342)	-	(123.490)	-	17.546	-
Sá Carvalho (3)	102.536	17.703	-	-	(29.722)	-	(90.517)	-	-	-
Gasmig	1.418.271	168.523	-	-	(140.443)	-	-	-	(7.346)	1.439.005
Horizontes Energia (3)	53.165	12.346	-	-	(19.029)	-	(46.482)	-	-	-
Cemig Geração Distribuída	4.932	(1.877)	-	-	(314)	-	-	-	-	2.741
Cemig PCH (3)	96.944	29.134	-	-	(30.747)	-	(95.330)	-	(1)	-
LEPSA (2)	455.861	12.545	(21.569)	-	(7.689)	-	-	(412.474)	(21.575)	5.099
RME (2)	383.233	2.755	(52.186)	-	(1.200)	103.788	-	(335.067)	(54.168)	47.155
Light (2)/(4)	1.083.140	6.416	(209.046)	-	-	-	-	(837.361)	(43.149)	-
UTE Barreiro (3)	17.982	376	-	-	-	-	(18.358)	-	-	-
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica (3)	18.403	48.207	-	-	(44.051)	-	(22.558)	-	(1)	-
Efficientia	7.084	1.609	-	-	(231)	9.070	-	-	-	17.532
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada (3)	2.004	990	-	-	(220)	-	(2.774)	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	5.128	-	-	(6.022)	-	-	-	-	19.690
Cemig Trading (3)	29.206	49.036	-	-	(54.588)	-	(23.654)	-	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(3.565)	-	-	-	-	-	-	-	8.301
Taes (2)	1.101.462	225.278	-	-	(208.131)	-	-	-	24.580	1.143.189
Cemig Overseas	158	(277)	-	-	-	57	-	-	62	-
	13.692.183	1.719.540	(198.811)	(450.313)	(1.144.056)	1.212.915	(423.163)	(1.584.902)	(417.687)	12.405.706

- (1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre da incorporação da Cemig Telecom em março de 2018. Mais detalhes na nota explicativa nº 1;
- (2) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre da participação reflexa da Companhia nos efeitos da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, dos novos pronunciamentos contábeis CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 reconhecidos pelas investidas diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício. Mais detalhes na nota explicativa nº 2.5;
- (3) A movimentação incluída na coluna "Baixas" refere-se à transferência das controladas integrais da Companhia para a subsidiária integral Cemig GT. Detalhamento da operação no tópico "Reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização" desta nota;
- (4) Nas colunas "Operações descontinuadas" e "reclassificação para ativos mantidos para venda", estão evidenciados os efeitos da reclassificação do investimento como ativo não circulante mantido para venda, em atendimento ao disposto no pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5;
- (5) A movimentação incluída na coluna "remensuração de participação anterior em controlada adquirida", refere-se a remensuração, decorrente de combinação de negócios, conforme definido no CPC 15 (R1)/IFRS 3, de participação anterior na Lightger. Ver nota nº 17.1
- (6) O Conselho de Administração da Companhia autorizou a transferência, à Cemig D, do montante de até R\$2.750.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de proposta de deliberação à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em abril de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o montante total repassado, na forma de AFAC, foi de R\$1.100.000.

CONSOLIDADO									
Investidas	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Remensuração de participação anterior em controlada adquirida	Dividendos/ JCP	Aportes/ Aquisição	Baixas	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Outros	31/12/2018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	5.128	-	(6.022)	-	-	-	-	19.690
Light (1)	1.534.294	18.961	(230.614)	(7.689)	-	-	(1.254.786)	(60.166)	-
RME (1)	383.233	2.755	(52.186)	(1.200)	103.788	-	(326.320)	(110.070)	-
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(7.469)	-	-	-	-	(4.397)	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	10.065	-	(18.809)	-	-	-	-	49.213
Guanhães Energia	25.018	29.734	-	-	56.811	-	(111.563)	-	-
Hidrelétrica Pipoca	26.023	6.886	-	(2.280)	-	-	-	-	30.629
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) (2)/(4)	534.761	(162.564)	-	-	25.320	-	-	(127.427)	270.090
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio) (4)	582.504	(138.634)	-	-	26.152	-	-	-	470.022
Lightger	40.832	2.815	83.990	(1.779)	-	-	(125.858)	-	-
Baguari Energia	148.422	28.411	-	(14.609)	-	-	-	-	162.224
Central Eólica Praias de Parajuru (3)	60.101	(6.011)	20.829	-	74.398	(3.437)	-	(145.880)	-
Central Eólica Volta do Rio (3)	67.725	(15.835)	58.864	-	92.298	(22.076)	-	(180.976)	-
Central Eólica Praias de Morgado (3)	50.569	(15.455)	-	-	-	(11.822)	-	(23.292)	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	866.554	80.001	-	-	69.157	-	-	(3.077)	1.012.635
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	576.704	44.483	-	-	42.568	-	-	-	663.755
Ativas Data Center	17.450	(1.370)	-	-	-	-	-	429	16.509
Taesá (1)	1.101.462	225.278	-	(208.131)	-	-	-	24.580	1.143.189
Renova	282.524	(282.524)	-	-	-	-	-	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.925)	-	-	5.421	-	(5.195)	-	-
Aliança Geração	1.242.170	65.354	-	(90.664)	-	-	-	-	1.216.860
Retiro Baixo	157.773	10.394	-	(3.138)	5.691	-	-	-	170.720
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	(27)	-	-	9.069	-	-	-	9.042
Total do Investimento	7.792.225	(103.549)	(119.117)	(354.321)	510.673	(37.335)	(1.828.119)	(625.879)	5.234.578

- (1) A movimentação incluída na coluna “Outros” decorre da participação reflexa da Companhia nos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício. Vide nota explicativa nº 2.5. A coluna “Operações descontinuadas” evidencia o efeito da reclassificação do investimento na Light como ativo não circulante mantido para venda, em atendimento ao disposto no pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5.
- (2) Em virtude de resultado de análise de indicativo de *impairment*, considerando-se os prejuízos recorrentes apresentados pela Madeira, reconheceu-se provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2018, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), nominal, de 9,59%. A provisão está apresentada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 como “ajuste referente à desvalorização em investimentos”;
- (3) Movimentações decorrentes da combinação de negócios entre a Companhia e a Energimp. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Detalhamento da operação no tópico “Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp – Aquisição de controle” desta nota.
- (4) Em outubro de 2018, a controlada Cemig GT subscreveu e integralizou aumento de capital na MESA e no Fipe Melbourne de R\$25.320 e R\$26.152, respectivamente. Esses recursos aportados foram totalmente destinados a aportes na Santo Antônio energia S.A. - Usina Santo Antônio “SAESA”.

CONTROLADORA									
Investidas	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Vendas	Perda	Outros	31/12/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	428.458	(103.591)	(214.230)	100.000	-	-	-	4.793.832
Cemig Distribuição	2.499.867	(117.313)	(145.244)	-	1.500.000	-	-	-	3.737.310
Cemig Telecom	191.515	5.821	(680)	-	50.657	-	-	-	247.313
Rosal Energia	141.038	15.079	(18.252)	(30.968)	-	-	-	-	106.897
Sá Carvalho	106.111	25.056	-	(28.631)	-	-	-	-	102.536
Gasmig	1.419.492	133.374	-	(134.595)	-	-	-	-	1.418.271
Horizontes Energia	52.396	19.562	-	(18.793)	-	-	-	-	53.165
Usina Térmica Ipatinga	4.009	1.258	-	(335)	-	-	-	-	4.932
Cemig PCH	91.969	28.344	-	(23.369)	-	-	-	-	96.944
LEPSA	343.802	9.970	(2.002)	-	147.163	-	(43.072)	-	455.861
RME	340.063	6.841	(1.942)	-	38.195	-	-	76	383.233
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.985	-	(6.656)	-	(19.917)	-	-	-
UTE Barreiro	39.266	(1.749)	-	(5.535)	-	-	-	(14.000)	17.982
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.709	-	(11.849)	-	(12.365)	-	-	-
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	35.696	-	(37.447)	-	-	-	-	18.403
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	4.451	-	(6.687)	-	(21.716)	-	-	-
Efficientia	4.868	3.388	-	(1.171)	-	-	-	(1)	7.084
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	779	-	(642)	-	-	-	-	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	5.058	-	(5.644)	-	-	-	(1)	20.584
Light	1.070.477	18.176	(5.513)	-	-	-	-	-	1.083.140
Cemig Trading	28.635	56.127	-	(55.555)	-	-	-	(1)	29.206
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(7.398)	-	-	-	-	-	-	11.866
Taesá	1.582.633	216.330	-	(182.687)	-	(514.814)	-	-	1.101.462
Cemig Overseas	20	-	-	-	138	-	-	-	158
	12.627.857	896.002	(277.224)	(764.794)	1.836.153	(568.812)	(43.072)	(13.927)	13.692.183

CONSOLIDADO								
Investidas	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Baixas	Outros	31/12/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.985	-	(6.656)	-	(19.917)	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.709	-	(11.849)	-	(12.365)	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	4.451	-	(6.687)	-	(21.716)	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	5.058	-	(5.644)	-	-	(1)	20.584
Light (1)	1.070.477	34.807	(5.513)	-	-	-	434.523	1.534.294
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(7.398)	-	-	-	-	-	11.866
LEPSA (1)	343.802	295	(2.002)	-	-	-	(342.095)	-
RME	340.063	6.841	(1.942)	-	38.195	-	76	383.233
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	10.187	-	(2.641)	-	-	-	57.957
Guanhães Energia (2)	-	(13.099)	-	-	97.188	-	(59.071)	25.018
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.292	-	(8.078)	-	-	-	26.023
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(109.129)	-	-	-	-	-	534.761
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(94.678)	-	-	-	-	-	582.504
Lightger	41.543	1.858	-	(2.569)	-	-	-	40.832
Baguari Energia	162.106	16.590	-	(30.274)	-	-	-	148.422
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(1.489)	-	(406)	-	-	(1.311)	60.101
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(11.741)	-	-	-	-	(1.762)	67.725
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(7.622)	-	-	-	-	(1.395)	50.569
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	705	-	-	84.827	-	-	866.554
Ativas Data Center	17.741	(2.294)	-	-	-	-	2.003	17.450
Taesá (3)	1.582.633	216.330	-	(182.687)	-	(514.814)	-	1.101.462
Renova	688.625	(390.249)	(33.852)	-	18.000	-	-	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(1.741)	-	-	2.658	-	-	3.699
Aliança Geração	1.319.055	71.756	-	(148.641)	-	-	-	1.242.170
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	(2.352)	-	-	51.558	-	-	576.704
Retiro Baixo	161.848	9.688	-	(13.763)	-	-	-	157.773
Total do Investimento	8.753.088	(252.240)	(43.309)	(419.895)	292.426	(568.812)	30.967	7.792.225
Guanhães – Patrimônio líquido negativo de controlada em conjunto (2)	(59.071)	-	-	-	-	-	59.071	-
Total	8.694.017	(252.240)	(43.309)	(419.895)	292.426	(568.812)	90.038	7.792.225

- (1) Na coluna de outros estão apresentados os efeitos da aquisição de controle na LEPSA ocorrida em 30 de novembro de 2017.
- (2) Transferência do Patrimônio líquido negativo.
- (3) Em novembro de 2017, a Companhia vendeu parte da sua participação na controlada em conjunto TAESA. A Companhia alienou 34 milhões de Units de emissão da transmissora ao preço de R\$ 21,10 por Unit. Com a venda, a participação da Companhia no capital social da TAESA passou de 31,54% para 21,68%. A ações vendidas não fazem parte do bloco de controle da investida, sendo assim, a Companhia permanece no bloco de controle da Taesa.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	2018		2017	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Saldo inicial	76.893	603.049	11.386	673.239
Proposta de dividendos feitos pelas investidas	354.321	1.144.056	419.895	764.794
Recebimentos	(311.471)	(801.521)	(354.388)	(834.984)
Saldo final	119.743	945.584	76.893	603.049

c) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de Ações	31/12/2018			31/12/2017		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.600.000	4.980.136	100,00	1.837.710	4.793.832
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	4.656.593	18,13	9.546.672	5.327.114
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	100.434	49,00	35.000	118.280
Guanhães Energia	396.401.600	49,00	396.402	228.242	49,00	330.536	51.058
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	62.509	49,00	41.360	53.108
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	233.793	69,39	186.573	213.895
Central Eólica Praias de Parajuru (4)	71.834.843	100,00	71.835	79.594	49,00	70.560	88.976
Central Eólica Volta do Rio (4)	138.867.440	100,00	138.867	84.355	49,00	117.230	115.694
Central Eólica Praias de Morgado (4)	-	-	-	-	49,00	52.960	54.312
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	86.105	49,00	79.232	83.331
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.437.698.407	49,00	1.206.127	1.247.307	49,00	1.119.255	1.065.628
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.427.723	74,50	1.322.428	1.359.243	74,50	1.229.600	1.163.160
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	278.065	49,90	222.850	257.880
Renova (1)	41.719.724	36,23	2.919.019	(76.489)	36,23	2.919.019	779.808
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	22.165.114	49,00	22.165	10.470	49,00	11.102	7.549
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	36	100,00	1	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.395.614	100,00	1.291.423	1.391.822
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	440.083	100,00	405.268	440.122
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	178.544	100,00	151.309	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	131.570	100,00	113.499	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	176.424	100,00	148.147	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	120.686	100,00	100.569	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	69.898	100,00	60.595	69.398
Rosal Energia S.A. (3)	46.944.467	100,00	46.944	124.897	-	-	-
Sá Carvalho S.A. (3)	361.200.000	100,00	36.833	94.447	-	-	-
Horizontes Energia S.A. (3)	39.257.563	100,00	39.258	54.953	-	-	-
Cemig PCH S.A. (3)	45.952.000	100,00	45.952	92.987	-	-	-
Usina Termelétrica do Barreiro S.A. (3)	16.902.000	100,00	16.902	18.406	-	-	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (3)	486.000	100,00	486	26.755	-	-	-
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (3)	1.000.000	100,00	1.000	2.841	-	-	-
Cemig Trading S.A. (3)	1.000.000	100,00	1.000	28.135	-	-	-
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	4.642.358	100,00	2.771.998	3.737.310
Rosal Energia (3)	-	-	-	-	100,00	46.944	106.897
Sá Carvalho (3)	-	-	-	-	100,00	36.833	102.536
Horizontes Energia (3)	-	-	-	-	100,00	39.258	53.165
Cemig PCH (3)	-	-	-	-	100,00	35.952	96.944
UTE Barreiro (3)	-	-	-	-	100,00	16.902	17.982
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	100,00	486	18.403
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada (3)	-	-	-	-	100,00	1.000	2.004
Cemig Trading (3)	-	-	-	-	100,00	1.000	29.206
Light	203.934.060	26,06	2.225.821	3.389.492	26,06	2.225.822	3.461.971
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	4.572.051	21,68	3.042.034	4.346.746
Cemig Telecom (2)	-	-	-	-	100,00	292.399	247.313
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	84.232	-	-	-
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.001.294	99,57	665.429	1.223.948
Cemig Geração Distribuída	174.281	100,00	174	2.741	100,00	174	4.932
LEPSA	1.379.839.905	100,00	406.341	446.591	100,00	406.341	455.861
RME	1.365.421.406	100,00	403.040	423.228	75,00	403.040	453.157
Efficientia	15.121.845	100,00	15.122	17.532	100,00	6.052	7.084
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	38.608	51,00	28.000	40.361
Axxiom Soluções Tecnológicas	46.600.000	49,00	46.600	16.943	49,00	46.600	24.216

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Em 31 de março de 2018, a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia;

(3) Em 30 de novembro de 2018, as controladas integrais da Companhia, Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, Cemig PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, Cemig Comercializadora de Energia Incentivada e Cemig Trading, foram transferidas para a subsidiária integral Cemig GT;

(4) Movimentações decorrentes da combinação de negócios entre a Companhia e a Energimp. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Detalhamento da operação no tópico “Combinação de negócios, Parajuru, Volta do Rio e Morgado” desta nota.

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

2018	Centroeste	Ativas Data Center	Taesa
Ativo			
Circulante	18.722	17.196	1.679.363
Caixa e equivalentes de caixa	11	1.060	19.480
Não circulante	36.574	105.776	6.750.218
Total do ativo	55.296	122.972	8.429.581
Passivo			
Circulante	6.527	22.526	606.003
Empréstimos e financiamentos	3.204	9.326	8.294
Não circulante	10.161	16.214	3.251.526
Empréstimos e financiamentos	10.161	13.236	402.441
Patrimônio líquido	38.608	84.232	4.572.052
Total do passivo	55.296	122.972	8.429.581
Demonstração do resultado			
Receita líquida de vendas	14.093	69.607	1.244.561
Custos operacionais	(1.019)	(72.103)	(184.768)
Depreciação e amortização	-	-	(279)
Lucro bruto	13.074	(2.496)	1.059.793
Despesas gerais e administrativas	-	(16.102)	(138.869)
Receitas financeiras	1.086	579	53.203
Despesas financeiras	(2.973)	(2.578)	(274.588)
Resultado operacional	11.187	(20.597)	699.539
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	481.799
Imposto de renda e contribuição social	(1.132)	-	(110.033)
Resultado líquido do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305
Resultado abrangente do exercício			
Resultado líquido do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305
Resultado abrangente do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305

2018	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte
Ativo				
Circulante	22.771	11.994	46.994	478
Caixa e equivalentes de caixa	17.792	3.721	35.582	453
Não circulante	84.902	94.867	354.135	1.247.161
Total do ativo	107.673	106.861	401.129	1.247.639
Passivo				
Circulante	7.239	11.521	32.174	332
Empréstimos e financiamentos	-	6.578	13.660	-
Não circulante	-	32.831	90.890	-
Empréstimos e financiamentos	-	32.831	81.905	-
Patrimônio líquido	100.434	62.509	278.065	1.247.307
Total do passivo	107.673	106.861	401.129	1.247.639
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	50.188	29.270	71.137	-
Custos operacionais	(29.315)	(12.161)	(29.327)	-
Depreciação e amortização	(2.763)	(3.095)	(10.084)	-
Lucro bruto	20.873	17.109	41.810	-
Despesas gerais e administrativas	-	(324)	(3.945)	(2.481)
Receitas financeiras	1.593	596	1.953	995
Despesas financeiras	(169)	(4.033)	(10.511)	(1.093)
Resultado operacional	22.297	13.348	29.307	(2.579)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	96.665
Imposto de renda e contribuição social	(2.218)	(1.203)	(2.835)	-
Reversão JCP	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086
Resultado abrangente do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086

2018	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Renova	Aliança Geração
Ativo					
Circulante	111	618.230	44.420	294.783	711.921
Caixa e equivalentes de caixa	97	68.645	8.161	69	344.155
Não circulante	1.359.669	22.453.401	201.025	1.228.919	2.277.501
Total do ativo	1.359.780	23.071.631	245.445	1.523.702	2.989.422
Passivo					
Circulante	538	1.281.333	6.795	441.524	534.585
Empréstimos e financiamentos	-	53.259	-	341.568	149.120
Não circulante	-	17.133.705	4.857	1.158.667	596.932
Empréstimos e financiamentos	-	10.219.548	-	-	140.000
Patrimônio líquido	1.359.242	4.656.593	233.793	(76.489)	1.857.905
Total do passivo	1.359.780	23.071.631	245.445	1.523.702	2.989.422
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	3.005.553	73.856	-	906.852
Custos operacionais	-	(2.689.459)	(30.753)	(3.969)	(555.446)
Depreciação e amortização	-	-	(8.844)	(3.969)	(125.325)
Lucro bruto	-	316.094	43.103	(3.969)	351.406
Despesas gerais e administrativas	(207.500)	(194.849)	-	(93.123)	(31.091)
Receitas financeiras	2.213	127.777	3.038	1.045	30.345
Despesas financeiras	(2.076)	(1.880.828)	(950)	(84.317)	(67.013)
Resultado operacional	(207.363)	(1.631.806)	45.191	(180.364)	283.647
Resultado de Equivalência Patrimonial	104.936	-	-	(675.933)	10.714
Imposto de renda e contribuição social	(684)	(111.830)	(4.041)	-	(96.042)
Resultado líquido do exercício	(103.111)	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(103.111)	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319
Resultado abrangente do exercício	(103.111)	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2017, são como segue:

2017	Centroeste	RME	Light	Taesá	Axxiom
Ativo					
Circulante	56.176	2.042	4.250.667	1.970.698	46.288
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.793	959	342.276	2.495	3.428
Não circulante	635	451.155	11.180.641	6.607.614	11.110
Total do ativo	56.811	453.197	15.431.308	8.578.312	57.398
Passivo					
Circulante	3.917	40	5.575.770	737.012	29.370
Empréstimos e financiamentos - Circulante	3.002	-	1.372.932	-	5.477
Não circulante	12.535	-	6.393.567	3.494.554	3.812
Patrimônio Líquido	40.359	453.157	3.461.971	4.346.746	24.216
Total do passivo	56.811	453.197	15.431.308	8.578.312	57.398
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	15.214	-	11.314.559	1.104.092	43.340
Custo das vendas	(4.069)	-	-	(209.107)	(54.807)
Depreciação e Amortização	(1.421)	-	-	(708)	(1.584)
Lucro bruto	11.145	-	11.314.559	894.985	(11.467)
Despesas gerais e administrativas	-	(1.181)	(9.940.607)	(124.447)	(7.094)
Receita Financeira	2.332	16.413	136.324	368.375	753
Despesa Financeira	(2.294)	(2)	(1.211.798)	(433.843)	(1.089)
Resultado operacional	11.183	15.230	298.478	705.070	(18.897)
Imposto de renda e contribuição social	(1.266)	(52)	(174.257)	(57.590)	6.301
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	9.917	15.178	124.221	647.480	(12.596)
Resultado Abrangente do Exercício					
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	9.917	15.178	124.221	648.480	(12.596)
Resultado Abrangente do Exercício	9.917	15.178	124.221	648.480	(12.596)

2017	Aliança Norte	Itaocara	Lightger	Amazônia Energia	Aliança Geração
Ativo					
Circulante	516	4.954	50.552	97	621.660
Caixa e Equivalentes de Caixa	455	4.895	1.201	70	467.542
Não circulante	1.065.355	11.135	142.146	1.163.092	2.398.524
Total do ativo	1.065.871	16.089	192.698	1.163.189	3.020.184
Passivo					
Circulante	243	1.182	30.340	29	448.128
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	-	-	-	84.409
Não circulante	-	7.358	79.027	-	714.151
Patrimônio Líquido	1.065.628	7.549	83.331	1.163.160	1.857.905
Total do passivo	1.065.871	16.089	192.698	1.163.189	3.020.184
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	-	-	41.727	-	919.788
Custo das vendas	-	(3.844)	(28.341)	-	(554.751)
Depreciação e Amortização	-	-	(10.564)	-	(126.553)
Lucro bruto	-	(3.844)	13.386	-	365.037
Despesas gerais e administrativas	(855)	-	(1.665)	(642)	(10.530)
Receita Financeira	85	291	3.837	1.595	29.596
Despesa Financeira	(6)	-	(9.121)	(5)	(64.844)
Resultado operacional	(776)	(3.553)	6.437	948	319.259
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.614)	(1)	(103.559)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(776)	(3.553)	3.823	947	215.700
Resultado Abrangente do Exercício					
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(776)	(3.553)	3.823	947	215.700
Resultado Abrangente do Exercício	(776)	(3.553)	3.823	947	215.700

2017	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	50.434	29.429	10.630	556.738	14.822
Caixa e Equivalentes de caixa	46.397	5.449	7.428	54.517	5.834
Não Circulante	87.278	208.511	42.442	23.593.860	94.764
Total do Ativo	137.712	237.940	53.072	24.150.598	109.586
Passivo					
Circulante	9.854	18.338	1.970	2.030.334	17.448
Fornecedores	1.423	9.705	252	202.503	5.668
Não circulante	9.578	5.707	44	16.793.149	39.030
Patrimônio Líquido	118.280	213.895	51.058	5.327.115	53.108
Total do Passivo	137.712	237.940	53.072	24.150.598	109.586
Demonstração do Resultado					
Receita Líquida de Vendas	39.156	63.778	-	2.971.019	28.903
Custo das Vendas	(17.796)	(36.151)	(637)	(1.857.730)	(18.564)
Depreciação e Amortização	(3.513)	(8.826)	-	-	(3.094)
Lucro Bruto	21.360	27.627	(637)	1.113.289	10.339
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	(817.254)	(983)
Provisão para Perda	-	-	(22.468)	-	-
Receitas Financeiras	4.135	6.179	929	114.973	1.836
Despesas Financeiras	(1.945)	(709)	(3.021)	(1.551.186)	(4.586)
Resultado Operacional	23.550	33.097	(25.197)	(1.140.178)	6.606
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.759)	(10.758)	-	48.676	(1.590)
Resultado Líquido do Exercício	20.791	22.339	(25.197)	(1.091.502)	5.016
Resultado Abrangente do Exercício					
Resultado Líquido do Exercício	20.791	22.339	(25.197)	(1.091.502)	5.016
Resultado Abrangente do Exercício	20.791	22.339	(25.197)	(1.091.502)	5.016

2017	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio
Ativo					
Circulante	23.875	31.242	41.204	11.044	16.135
Caixa e Equivalentes de caixa	14.256	342	35.373	6.595	4.704
Não Circulante	365.562	1.679.389	120.747	135.773	232.818
Total do Ativo	389.437	1.710.631	161.951	146.817	248.953
Passivo					
Circulante	27.182	395.295	26.105	89.522	126.180
Fornecedores	2.898	25.220	573	2.173	873
Não circulante	104.375	535.528	46.870	2.983	7.079
Patrimônio Líquido	257.880	779.808	88.976	54.312	115.694
Total do Passivo	389.437	1.710.631	161.951	146.817	248.953
Demonstração do Resultado					
Receita Líquida de Vendas	67.204	-	20.582	14.331	22.482
Custo das Vendas	(33.369)	(4.484)	(15.609)	(17.372)	(29.139)
Depreciação e Amortização	(10.099)	(4.484)	(9.521)	(10.004)	(16.819)
Lucro Bruto	33.835	(4.484)	4.973	(3.041)	(6.657)
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	(1.975)	(967)	(3.356)
Provisão para Perda	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	2.816	3.817	3.471	1.857	3.116
Despesas Financeiras	(12.344)	(1.260.283)	(6.095)	(7.943)	(11.649)
Resultado Operacional	24.307	(1.260.950)	374	(10.094)	(18.546)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.526)	121.415	(274)	(723)	(2.644)
Resultado Líquido do Exercício	21.781	(1.139.535)	100	(10.817)	(21.190)
Resultado Abrangente do Exercício					
Resultado Líquido do Exercício	21.781	(1.139.535)	100	(10.817)	(21.190)
Outros resultados abrangentes	-	(99.019)	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	21.781	(1.139.535)	100	(10.817)	(21.190)

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

Em 2018, a MESA apresentou prejuízo de R\$1.743.636 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$663.103, decorrente, principalmente, de “Fornecedores”, “Adiantamento de clientes” e “Debêntures”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de contar com contratos de venda de longo prazo que garantem regularidade em sua geração operacional de caixa, concluiu, em dezembro de 2018, as negociações referentes ao reperfilamento de sua dívida junto ao BNDES, ajustando o fluxo de pagamento das dívidas à sua real capacidade de geração de caixa. Os valores da garantia prestada pela Cemig em relação a essas dívidas, estão apresentados na nota explicativa nº 27. Adicionalmente, visando garantir a sua liquidez, a MESA pode contar com o suporte financeiro de seus acionistas, nos termos do instrumento firmado para esta finalidade (*Equity Support Agreement*). No âmbito desse acordo, a Cemig GT está obrigada, no limite de sua participação acionária, ao pagamento das insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas no projeto.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência que venham a ser firmados e ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da SAESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da Cemig GT aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia e Cemig GT.

FID (Fator de Disponibilidade)

Em 10 de abril de 2018 o STF reestabeleceu a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (NOS). Em face dessa decisão, a CCEE, após autorização da ANEEL, concordou com o parcelamento do débito referente ao FID, no valor de aproximadamente R\$738.000, que foi registrado no passivo da SAESA na rubrica de fornecedores, e está sendo pago em 36 parcelas iguais, a partir de setembro de 2018, acrescidas de atualização monetária e juros.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Continuidade operacional

Em 2018, a Renova apresentou prejuízo de R\$856.297, prejuízos acumulados de R\$3.050.887, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R\$457.663, patrimônio líquido negativo de R\$76.489, margem bruta negativa e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos, inclusive de construção dos parques eólicos e solares.

Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 31 de dezembro de 2018.

Diante deste cenário, a investida em conjunto com seus acionistas, incluindo a controlada Cemig GT, aprovaram um Plano de Restruturação Societário e Financeiro com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos, incluindo a aprovação da proposta vinculante da AES Tietê Energia S.A. para a compra de parques eólicos da investida e a renegociação de dívida com credores financeiros. A Administração da Companhia e a Administração da investida entendem que, com o sucesso das medidas aprovadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Contudo, em face do patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na Renova. Não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas junto à investida.

A continuidade operacional da Renova depende do sucesso da implementação das medidas acima, da continuidade do fluxo de dividendos de suas investidas, bem como da obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado à investigação que está sendo conduzida por esta Autoridade Policial em determinados aportes realizados pela Renova em projetos de desenvolvimento em anos anteriores e pelos seus acionistas controladores, incluindo a Cemig GT. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, estão acompanhando a investigação interna.

Os trabalhos de investigação interna ainda não foram finalizados e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras da Renova e da Cemig GT para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A estimativa da Renova para conclusão dos trabalhos de investigação é até o segundo trimestre de 2019.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$2.762.388 em 31 de dezembro de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.643.000.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos adicionais de investigação interna independente aos que já foram efetuados.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada Cemig GT.

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais

A Cemig manifestou, em 20 de dezembro de 2018, à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“Eletrobras”), interesse em exercer o seu direito de preferência na aquisição da participação societária detida pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais S.A. – Centroeste (“Centroeste”), objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018.

Conforme oficialmente divulgado pela Eletrobras, em 22 de outubro de 2018, o lance vencedor foi no montante de R\$43.169, valor esse que tem como referência a data base de 31 de dezembro de 2017.

Em 15 de janeiro de 2019, a Cemig tomou conhecimento da homologação pela Eletrobras do objeto do Leilão Eletrobras nº 01/2018, referente ao exercício do direito de preferência, pela Companhia, na aquisição da participação societária na Centroeste, cuja conclusão se dará no exercício de 2019.

17.1 – Combinação de Negócios

Light S.A. (“Light”)

Até 27 de novembro de 2018, a Companhia detinha participação direta e indireta, através da RME e LEPSA, de 48,9% das ações da Light.

Nesta mesma data, foi realizada pela RME a alienação de 2,13% da sua participação societária na Light pelo valor de R\$64.750 cujo efeito reconhecido no resultado do exercício da RME foi uma perda no montante de R\$7.285.

a) Aquisição de participação adicional na RME e controle da Light

Em 30 de novembro de 2018, foi exercida opção de venda pelo BB-Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander (Brasil) S.A. de suas participações remanescentes nas ações da RME, equivalentes a 25% da investida, pelo valor de R\$659.378, em conformidade ao cálculo do preço do exercício da opção. Com esta aquisição a Cemig passou a deter 100% do capital total da RME.

Do montante total pago, R\$103.788 correspondeu ao valor justo das ações da RME adquiridas e R\$555.590 à perda já reconhecida pela Companhia através da mensuração do instrumento financeiro derivativo referente à opção de venda concedida aos demais acionistas da RME, conforme divulgado na nota explicativa nº 32.

b) Aquisição de controle da Light

Considerando a alienação das ações da RME pelos demais acionistas, tornou-se automaticamente sem efeito o Acordo de Acionistas relacionado ao controle da investida, passando a Cemig a deter participação direta e indireta de 49,99% na Light.

Dado as considerações acima e as disposições previstas no IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Companhia concluiu que passou a deter controle da Light.

Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia tinha o controle em conjunto, de forma exclusiva com a Light, nas investidas Lightger, Axxiom, Guanhões Energia e Itaocara, essas investidas também passaram a ser controladas.

Conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1)/ IFRS 3 - Combinação de Negócios, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente nas controladas, reconhecendo a diferença no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Light	Lightger	Total
Valor justo em 30 de novembro de 2018	3.197.686	256.853	3.454.539
Participação detida pela Companhia antes da aquisição de controle	47,265%	49,00%	
Valor da participação original da Companhia avaliada pelo valor justo na data da aquisição	1.511.386	125.858	1.637.244
Valor contábil original	(1.794.187)	(41.868)	(1.836.055)
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	(282.801)	83.990	(198.811)

A seguir encontra-se apresentado a alocação do valor justo da participação adquirida e da remensuração da participação anterior nas controladas:

	Light	Lightger	Total
Valor total da contraprestação paga (1)	103.788	-	103.788
Valor da participação original avaliada pelo valor justo na data da aquisição	1.511.386	83.990	1.595.376
Total	1.615.174	83.990	1.699.164
Mais valia da infraestrutura	475.147	127.258	602.405
Valor justo dos ativos e passivos identificados	(757.948)	(43.268)	(801.216)
Total	(282.801)	83.990	(198.811)

(1) A participação na Lightger foi adquirida de forma indireta e não envolveu o pagamento de contraprestação

Os efeitos acima relacionados à mais valia da infraestrutura e ao valor justo dos ativos e passivos identificados encontram-se apresentados nos segmentos operacionais de geração e distribuição. Não foram identificados efeitos relevantes entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e passivos da Axxiom, Guanhões e Itaocara.

Conforme descrito na nota explicativa nº 33, em 30 de novembro de 2018, a Companhia passou a classificar o seu investimento na Light, Lightger, Axxiom, Guanhões Energia e Itaocara como ativos mantidos para venda.

Parajuru, Volta do Rio e Morgado

Em 17 de maio de 2018, foi celebrado, entre a Companhia e a Energimp S.A. (“Energimp”) o “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças” referente ao descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela Companhia e pela Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”), Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) e Central Eólica Praia de Morgado S.A. (“Morgado”) e à quitação da dívida que a Energimp possuía junto à Companhia, mediante processo de alienação e permuta de ativos.

A dívida da Energimp junto à Companhia teve origem no descumprimento do prazo de entrada em operação dos 3 (três) parques eólicos, acordado na aquisição pela Companhia de 49% da participação nestes parques detida pela Energimp, em fevereiro de 2009. Em função desse atraso foi apurado um ajuste no preço original de aquisição com as devidas atualizações financeiras e indenizações, por meio de Procedimento Arbitral perante à Câmara de Arbitragem do Mercado, cuja sentença foi proferida em 30 de maio de 2017.

Em 20 de dezembro de 2018, mediante cumprimento das condições suspensivas previstas no “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, o descruzamento de ativos foi concluído e consistiu na aquisição pela Companhia de 51% da participação societária, detida pela Energimp, nas empresas Parajuru e Volta do Rio, as quais eram controladas em conjunto e que se tornaram, assim, suas subsidiárias integrais. Por outro lado, a Energimp passou a deter a totalidade das ações da Morgado, a partir da aquisição de 49% da participação nessa empresa, de titularidade da Companhia.

O valor total da contraprestação paga por 51% de participação em Parajuru e Volta do Rio encontra-se demonstrada a seguir:

Ajuste do preço de aquisição das investidas Volta do Rio, Parajuru e Morgado, pago em 2009	37.335
Atualização financeira do ajuste do preço de aquisição (nota 30)	76.896
Indenizações	2.108
Ajustes nos termos da negociação do descruzamento dos ativos (1)	(12.466)
Dívida da Energimp reconhecida no processo de arbitragem	103.873
Participação de 49% da Cemig GT em Morgado (2)	38.870
Contraprestação em caixa (3)	23.953
Valor total da contraprestação paga por 51% de participação em Parajuru e Volta do Rio	166.696

- (1) Os valores foram atualizados de acordo com critérios específicos do acordo. Na conclusão da operação, em 20 de dezembro de 2018, foi feita a avaliação a valor justo dos ativos líquidos adquiridos, sendo apurada uma perda correspondente a diferença do valor justo dos ativos líquidos e o valor utilizado como referência na operação de combinação de negócios no montante de R\$12.466;
- (2) O valor justo de Morgado para fins de combinação de negócios foi calculado através de Laudo do fluxo de caixa descontado da investida, emitido por avaliadores independentes, sendo que o valor contábil era de R\$23.292 e apurado um ganho de capital pelo ajuste a valor justo de R\$15.578;
- (3) Devolução à Energimp do excedente dado em pagamento para liquidação da dívida, sendo que R\$5.219 já foram pagos em 2018, R\$16.000 serão pagos em 2019 e R\$2.735 foram depositados em conta vinculada para garantia de eventuais contingências futuras.

Até 20 de dezembro de 2018, período anterior à aquisição, a Companhia detinha participação de 49% no capital de Parajuru e de Volta do Rio, com controle compartilhado. Dessa forma, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras dessas controladas em conjunto eram reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Conforme previsto no pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente, reconhecendo a diferença no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Parajuru	Volta do Rio	Total
Valor justo na data da transação	145.880	180.976	326.856
Participação detida pela Companhia antes da aquisição de controle	49%	49%	
Valor da participação original da Cemig GT avaliada pelo valor justo na data da aquisição	71.481	88.679	160.160
Valor contábil original	50.652	29.815	80.467
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	20.829	58.864	79.693

A seguir encontra-se apresentada a alocação do valor justo da participação adquirida e da remensuração da participação anterior:

	Parajuru	Volta do Rio	Total
Valor total da contraprestação paga por 51% de participação em Parajuru e Volta do Rio	74.399	92.297	166.696
Valor da participação original avaliada pelo valor justo na data da aquisição – 49%	71.481	88.679	160.160
Total	145.880	180.976	326.856
Mais valia da infraestrutura (1)	66.286	95.820	162.106
Valor justo dos ativos e passivos identificados	79.594	85.156	164.750
Total	145.880	180.976	326.856

(1) Mais valia correspondente ao direito de autorização de geração de energia eólica concedido às investidas, identificável e com vida útil definida.

Os efeitos acima encontram-se apresentados no segmento operacional de geração.

17.2 - Reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização

Em 14 de dezembro de 2018, foi aprovada pelo Conselho de Administração a reestruturação societária envolvendo a transferência de subsidiárias integrais de geração e comercialização de energia elétrica da Cemig para a controlada Cemig GT. Por envolver entidades sob controle comum, essa reestruturação está fora do escopo da IFRS 3/ CPC 15 (R1).

Essa transferência, que contou com a anuência prévia da ANEEL, foi realizada pelo montante de R\$423.163, com base em Laudo de Avaliação patrimonial, a valores contábeis, na data-base de 30 de novembro de 2018, conforme segue:

	Patrimônio Líquido em 30/11/2018 (data-base)
Sá Carvalho S.A.	90.517
Horizontes Energia S.A.	46.482
Rosal Energia S.A.	123.490
Cemig PCH S.A.	95.330
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	22.558
Usina Termelétrica Barreiro S.A.	18.358
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.774
Cemig Trading S.A.	23.654
	423.163

Conciliação do valor pago com a demonstração dos fluxos de caixa:	
Contraprestação transferida para aquisição das participações societárias	423.163
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos na combinação de negócios	(119.847)
Valor desembolsado, líquido do caixa e equivalentes de caixa adquiridos	303.316

17.3 - Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia, na controlada Cemig GT e em determinadas investidas, os órgãos de Governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos.

Os trabalhos de investigação interna ainda não foram finalizados e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras da Renova e da Cemig GT, suas controladas e controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

18. IMOBILIZADO

Consolidado	2018			2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	231.223	(16.174)	215.049	224.924	(13.652)	211.272
Reservatórios, barragens e adutoras	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495	3.284.948	(2.051.372)	1.233.576
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.114.229	(800.430)	313.799	1.116.990	(785.628)	331.362
Máquinas e equipamentos	2.772.738	(1.918.442)	854.296	2.935.643	(2.062.092)	873.551
Veículos	31.747	(27.222)	4.525	28.816	(25.711)	3.105
Móveis e utensílios	16.385	(12.718)	3.667	16.109	(12.714)	3.395
	7.448.500	(4.906.669)	2.541.831	7.607.430	(4.951.169)	2.656.261
Em curso						
Ativos em formação	119.754	-	119.754	106.049	-	106.049
Imobilizado líquido	7.568.254	(4.906.669)	2.661.585	7.713.479	(4.951.169)	2.762.310

Controladora	2018			2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	408	(297)	111	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.840	(4.627)	1.213	3.627	(2.289)	1.338
Móveis e utensílios	2.238	(1.878)	360	657	(644)	13
	8.568	(6.802)	1.766	4.284	(2.933)	1.351
Em curso						
Ativos em formação	484	-	484	459	-	459
Imobilizado líquido - controladora	9.052	(6.802)	2.250	4.743	(2.933)	1.810

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência p/ mantidos para venda	Ajuste Combinação de Negócios	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2018
Em serviço								
Terrenos	211.272	-	(3)	(2.523)	-	-	6.303	215.049
Reservatórios, barragens e adutoras	1.233.576	-	(2.041)	(81.296)	-	-	256	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	331.362	-	(263)	(18.760)	-	-	1.460	313.799
Máquinas e equipamentos	873.551	-	(9.086)	(69.826)	(255.758)	296.585	18.830	854.296
Veículos	3.105	-	-	(1.429)	-	20	2.829	4.525
Móveis e utensílios	3.395	-	(3)	(360)	-	136	499	3.667
	2.656.261	-	(11.396)	(174.194)	(255.758)	296.741	30.177	2.541.831
Em curso	106.049	76.998	(22.522)	-	-	-	(40.771)	119.754
Imobilizado líquido	2.762.310	76.998	(33.918)	(174.194)	(255.758)	296.741	(10.594)	2.661.585

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguará, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2017
Em Serviço							
Terrenos	278.650	-	(60.938)	(507)	(5.933)	-	211.272
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	1.761.013	-	(440.923)	(4.094)	(85.423)	3.003	1.233.576
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	418.480	39	(68.657)	-	(19.626)	1.126	331.362
Máquinas e Equipamentos	1.171.189	257	(305.231)	(5.591)	(92.358)	105.285	873.551
Veículos	4.230	-	-	-	(1.125)	-	3.105
Móveis e Utensílios	3.408	58	-	-	(350)	279	3.395
	3.636.970	354	(875.749)	(10.192)	(204.815)	109.693	2.656.261
Em Curso	138.106	82.712	(130)	(17.001)	-	(97.638)	106.049
Imobilizado Líquido	3.775.076	83.066	(875.879)	(27.193)	(204.815)	12.055	2.762.310

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Incorporação Telecom (2)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências (2)	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Em serviço								
Terrenos	-	-	82	-	-	-	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	-	-	116	-	-	(5)	-	111
Máquinas e equipamentos	1.338	-	262.137	(255.758)	-	(6.036)	(468)	1.213
Móveis e utensílios	13	-	406	-	-	(59)	-	360
	1.351	-	262.741	(255.758)	-	(6.100)	(468)	1.766
Em curso	459	25	9.025	-	(9.025)	-	-	484
Imobilizado líquido - controladora	1.810	25	271.766	(255.758)	(9.025)	(6.100)	(468)	2.250

- (1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, no montante de R\$799.117 e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande, no montante de R\$70.252.
- (2) Refere-se à incorporação da subsidiária integral Cemig Telecom. O valor de R\$9.025 foi transferido para a conta estoque. Mais detalhes vide nota explicativa nº 1.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,72% para o ano de 2018. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos são revisadas anualmente pela Administração.

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, Barragem e Aduadora	2	Software	20
Edificação - Casa de Força	2	Veículos	14,29
Edificação - Outras	3,33	Equipamento Geral de Informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina Hidráulica	2,5	Edificação - Outras	3,33
Conduto Forçado	3,13		
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57		
Urbanização e Benfeitorias	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Cemig GT. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

19. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

Consolidado	2018			2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	11.749	(2.664)	9.085	11.749	(1.990)	9.759
Concessão onerosa	19.169	(11.930)	7.239	19.169	(11.251)	7.918
Ativos de Concessão	18.674.138	(7.994.650)	10.679.488	17.837.687	(7.402.296)	10.435.391
Outros	84.868	(66.071)	18.797	81.721	(64.533)	17.188
	18.789.924	(8.075.315)	10.714.609	17.950.326	(7.480.070)	10.470.256
Em curso	62.582	-	62.582	685.672	-	685.672
Intangível líquido	18.852.506	(8.075.315)	10.777.191	18.635.998	(7.480.070)	11.155.928

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às investidas que são considerados nas demonstrações financeiras da Cemig GT como investimentos são classificados no balanço consolidado da Cemig GT e da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

Controladora	2018			2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	14.880	(8.946)	5.934	3.789	(3.748)	41
Marcas e patentes	8	(8)	-	9	(7)	2
Outros	231	(73)	158	-	-	-
	15.119	(9.027)	6.092	3.798	(3.755)	43
Em curso	33	-	33	2.415	-	2.415
Intangível líquido	15.152	(9.027)	6.125	6.213	(3.755)	2.458

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Ativos oriundos de Combinação de Negócios (2)	Adição	Baixa	Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (1)	Amortização	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Em serviço									
Com vida útil definida									
Servidão	9.759	-	-	-	-	(674)	-	-	9.085
Concessão onerosa	7.918	-	-	-	-	(679)	-	-	7.239
Ativos de concessão	10.435.391	162.106	-	(23.154)	-	(668.421)	-	773.567	10.679.489
Outros	17.188	4.464	1.064	(116)	-	(5.125)	(6.947)	8.268	18.796
	10.470.256	166.570	1.064	(23.270)	-	(674.899)	(6.947)	781.835	10.714.609
Em curso	685.672	-	33.191	(3.971)	(621.247)	-	-	(31.063)	62.582
Intangível Líquido - Consolidado	11.155.928	166.570	34.255	(27.241)	(621.247)	(674.899)	(6.947)	750.772	10.777.191

- (1) Refere-se ao valor transferido para ativos de contrato em 1º de janeiro de 2018, em decorrência da adoção inicial do CPC.47, conforme nota explicativa nº 16;
- (2) A mais valia das concessões de geração de energia eólica, no montante de R\$162.105, adquiridas em combinação de negócios, conforme nota explicativa nº 17.2, referem-se aos direitos de autorização de exploração, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos e no balanço consolidado como intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguar, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2017
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	10.434	-	-	-	(675)	-	9.759
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	(679)	-	7.918
Direitos de exploração	9.247.923	-	-	(10.843)	(637.828)	1.836.139	10.435.391
Outros	17.430	-	(80)	-	(5.771)	5.609	17.188
	9.284.384	-	(80)	(10.843)	(644.953)	1.841.748	10.470.256
Em Curso	1.535.296	1.104.848	-	(8.307)	-	(1.946.165)	685.672
Intangível Líquido - Consolidado	10.819.680	1.104.848	(80)	(19.150)	(644.953)	(104.417)	11.155.928

- (1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (1)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Em serviço							
Com vida útil definida							
Direito de uso de softwares	41	11.716	(6.947)	2.345	-	(269)	6.886
Marcas e patentes	2	-	-	231	-	(1.027)	(794)
	43	11.716	(6.947)	2.576	-	(1.296)	6.092
Em curso	2.414	-	-	(2.576)	195	-	33
Intangível líquido	2.457	11.716	(6.947)	-	195	(1.296)	6.125

- (1) Em 31 de março de 2018 a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 1.

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2017
Em serviço	142	-	(99)	43
Em curso	1.710	704	-	2.414
Intangível líquido	1.852	704	(99)	2.457

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Em função da adoção do CPC 47, a partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão ainda em construção passaram a ser registrados inicialmente como ativos de contrato. Mais explicações na nota explicativa nº 16.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Ativos de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos.

Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está contemplado R\$4.437 (R\$70.913 em 31 de dezembro de 2017) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos. A taxa de amortização média anual é de 4,12%.

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		

Gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	Veículos	20
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	Equipamentos Processamento de Dados	20
Máquinas e Equipamentos	5 a 20	Móveis	10

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

20. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Energia de curto prazo - CCEE	139.375	468.216
Encargos de uso da rede elétrica	122.374	153.146
Energia elétrica comprada para revenda	775.336	870.654
Itaipu binacional	268.004	240.220
Gás comprado para revenda	123.664	186.401
Materiais e serviços	372.499	424.120
	1.801.252	2.342.757

21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições e Valores a Restituir a Consumidores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS (I)	167.886	496.916	1.587	-
COFINS	146.004	126.065	18.404	2.484
PASEP	31.664	27.154	3.988	484
INSS	22.730	19.522	2.226	1.913
Outros	41.541	34.915	18.809	960
	409.825	704.572	45.014	5.841
Não circulante				
COFINS	25.280	24.216	-	-
PASEP	4.116	3.983	-	-
	29.396	28.199	-	-
	439.221	732.771	45.014	5.841
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PASEP/COFINS (II)	1.123.680	1.087.230	-	-
	1.123.680	1.087.230	-	-

(I) ICMS

A variação no saldo do ICMS entre 2017 e 2018 decorre do fato de que em 2017 a controlada Cemig D aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação de ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda sobre o ICMS decorrente da classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, no período de 2013 a 2015. O PRCT da Cemig D, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

- (II) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. As controladas, Cemig D e Cemig GT, obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das Controladas. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, as Controladas realizaram a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e a Cemig D constituiu um passivo potencial relativo ao ressarcimento a seus consumidores. No exercício 2018 esse passivo é de R\$1.123.680 (R\$1.087.230 em 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.148.604 (R\$1.110.376 em 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$24.924 (R\$23.146 em 2017). O passivo foi constituído considerando que a Cemig D repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes deste assunto.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	2018	2017
Circulante		
Imposto de renda	83.213	88.152
Contribuição social	28.850	27.144
	112.063	115.296

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado			
				2018			2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	US\$	1.874	24.062	25.936	22.933
Eurobonds (2)	2024	9,25%	US\$	43.924	5.812.200	5.856.124	3.333.149
KFW (2)	2019	1,78%	EURO	229	-	229	4.383
(-) Custos de transação				-	(21.319)	(21.319)	(15.400)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(34.269)	(34.269)	(47.690)
Dívida em moeda estrangeira				46.027	5.780.674	5.826.701	3.297.375
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A. (2)	2018	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	742.364
Banco do Brasil S.A.(4)	2022	146,50% do CDI	R\$	36.281	466.250	502.531	500.193
Caixa Econômica Federal (4)	2018	119,00% do CDI	R\$	-	-	-	8.346
Caixa Econômica Federal (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	43.351	583.281	626.632	626.667
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	-	55.576	55.576	-
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	-	107.791	107.791	-
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	12.926	20.256	33.182	49.789
Grandes consumidores (4)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	2.389	2.596	4.985	4.304
FINEP (2)	2018	TJLP+5,00% e TJLP+8,00%	R\$	-	-	-	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Banco da Amazônia S.A. (2)	2018	CDI + 1,90%	R\$	-	-	-	121.470
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	45.531	45.531	41.993
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (4)	2019	151,00% do CDI	R\$	425.571	-	425.571	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				(23.508)	-	(23.508)	-
(-) Custos de Transação				(2.943)	(9.581)	(12.524)	(26.435)
Dívida em Moeda Nacional				494.252	1.271.700	1.765.952	2.071.235
Total de Empréstimos e Financiamento				540.279	7.052.374	7.592.653	5.368.610
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	156.361	-	156.361	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	53.446	995.885	1.049.331	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (2)	2018	CDI + 1,70%	R\$	-	-	-	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (2)	2018	CDI + 1,60%	R\$	-	-	-	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	17.240	16.082	33.322	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	341.821	680.825	1.022.646	1.683.557
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série (4)	2018	CDI + 0,69%	R\$	-	-	-	447.114
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	568.670	1.027.749	1.596.419	1.537.147
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	40.434	915.288	955.722	920.197
Debêntures - 4ª Emissão - Série Única (4)	2018	CDI + 4,05%	R\$	-	-	-	20.008
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	111.433	1.468.688	1.580.121	1.576.220
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4)	2020	CDI + 1,75%	R\$	276.434	274.780	551.214	-
Debêntures (8)	2018	CDI + 1,60%	R\$	-	-	-	100.328
Debêntures (8)	2018	CDI + 0,74%	R\$	-	-	-	33.350
Debêntures (8)	2022	TJLP+1,82% (69%) e Selic+1,82% (31%)	R\$	33.114	91.687	124.801	155.377
Debêntures (8)	2019	116,50% do CDI	R\$	50.086	-	50.086	50.330
Debêntures (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.033	80.000	100.033	-
Debêntures 2ª Emissão - Série Única (7)	2019	128,50% do CDI	R\$	-	-	-	26.552
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				-	-	-	(25.492)
(-) Custos de Transação				(11.785)	(29.096)	(40.881)	(49.674)
Total de debêntures				1.657.287	5.521.888	7.179.175	9.029.087
Total geral consolidado				2.197.566	12.574.262	14.771.828	14.397.697

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora			
				2018			2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	45.531	45.531	-
(-) Custos de transação				-	(450)	(450)	-
Total de empréstimos e financiamento				-	45.081	45.081	

- (1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$174.790, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$148.854. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Cemig Geração e Transmissão;
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (4) Cemig Distribuição;
- (5) Central Eólica Praias de Parajuru, decorrente da operação de combinação de negócios entre Cemig GT e Energimp. Mais detalhes vide nota explicativa nº 17;
- (6) Central Eólica Volta do Rio, decorrente da operação de combinação de negócios entre Cemig GT e Energimp. Mais detalhes vide nota explicativa nº 17;
- (7) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom;
- (8) Gasmig;
- (9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 31.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Captações de recursos no exercício

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda estrangeira				
Eurobonds (1)	Julho de 2018	2024	9,25%	1.946.269
(-) Custos de transação				(7.876)
(±) Recursos antecipados (2)				9.625
				1.948.018
Moeda nacional				
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (3)	Maio de 2018	2019	151% do CDI	400.000
(-) Custos de transação				(4.140)
Debêntures				
Debêntures (4)	Agosto de 2018	2023	CDI + 1,50%	100.000
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (5)	Dezembro de 2018	2020	CDI + 1,75%	550.000
(-) Custos de transação				(4.125)
				1.041.735
Total de captações				2.989.753

- (1) Em julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,946 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (3) Em maio de 2018, ocorreu a 9ª Emissão de Notas Promissórias pela Cemig D, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de 151% do CDI que será amortizada em parcela única em 24 de outubro de 2019;
- (4) Em agosto de 2018, a Gasmig concluiu a 7ª Emissão de Debêntures, com prazo de 5 anos, remunerado pelo CDI + 1,50%, com amortização anual a partir de agosto de 2019;
- (5) Em dezembro de 2018, ocorreu a 6ª Emissão de Debêntures, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de CDI + 1,75% que será amortizada mensalmente em 12 parcelas mensais a partir de 03 de julho de 2019.

Em dezembro de 2017 e julho de 2018 foram realizadas captações de recursos no exterior pela Cemig GT nos montantes de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) e US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão) em Eurobonds, respectivamente, com vencimento da parcela principal em 2024. Além disso, em 2018 foi realizado o pagamento antecipado de dívidas, no valor total de R\$1,5 bilhão, com custo de 140% do CDI e vencimento original em dezembro de 2021. Essas iniciativas de 2017 e 2018, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa e alongaram o prazo médio das dívidas, além de melhorarem a qualidade de crédito da Cemig GT.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2018, é garantido da seguinte forma:

	2018
Nota Promissória, Aval e Fiança	9.590.433
Recebíveis	3.883.590
Ações	1.140.598
Sem garantia	157.207
TOTAL	14.771.828

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas								
Euro	229	-	-	-	-	-	-	229
Dólar Norte-Americano	45.798	-	-	-	-	5.836.262	-	5.882.060
Total por moedas	46.027	-	-	-	-	5.836.262	-	5.882.289
Indexadores								
IPCA (1)	836.336	850.929	850.186	567.423	228.822	228.822	228.822	3.791.340
UFIR/RGR (2)	12.926	11.205	3.407	3.265	2.379	-	-	33.182
CDI (3)	1.291.774	1.009.319	1.144.501	1.453.977	20.000	-	-	4.919.571
URTJ/TJLP (4)	22.842	68.147	114.732	43.733	-	-	-	249.454
IGP-DI (5)	2.389	1.211	595	316	316	158	-	4.985
Total por Indexadores	2.166.267	1.940.811	2.113.421	2.068.714	251.517	228.980	228.822	8.998.532
(-) Custos de transação	(14.728)	(13.712)	(14.595)	(9.854)	(172)	(21.491)	(172)	(74.724)
(±) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(34.269)	-	(34.269)
Total Geral	2.197.566	1.927.099	2.098.826	2.058.860	251.345	6.009.482	228.650	14.771.828

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Indexadores								
CDI (3)	-	-	45.531	-	-	-	-	45.531
Total por indexadores	-	-	45.531	-	-	-	-	45.531
(-) Custos de transação	-	-	(450)	-	-	-	-	(450)
Total geral	-	-	45.081	-	-	-	-	45.081

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
(5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada em 2018	Variação % Acumulada em 2017	Indexador	Variação % Acumulada em 2018	Variação % Acumulada em 2017
Dólar Norte-Americano	17,13	1,50	IPCA	3,75	2,95
Euro	11,83	15,41	CDI	6,40	9,93
			TJLP	(0,29)	(6,67)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.179.280	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	3.363.244	-
Custo de transação (1)	(16.292)	-
Juros Pagos Antecipadamente (1)	(48.097)	-
Financiamentos Obtidos Líquidos	3.298.855	-
Custos de transação (2)	(10.971)	-
Variação monetária	108.913	-
Variação cambial	56.465	-
Encargos financeiros provisionados	1.537.627	-
Amortização do Custo de Transação	66.856	-
Encargos financeiros pagos	(1.746.950)	-
Amortização de financiamentos	(4.131.411)	-
Subtotal	14.358.664	-
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	39.033	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.397.697	-
Saldo de empréstimos advindo da incorporação da Cemig Telecom	-	65.032
Passivos oriundos de Combinação de Negócios (3)	163.367	-
Saldo inicial para fins de consolidação	14.561.064	65.032
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.996.269	-
Custo de transação	(16.141)	-
Recursos antecipados	9.625	-
Financiamentos Obtidos Líquidos	2.989.753	-
Variação monetária	133.815	-
Variação cambial	582.193	-
Encargos financeiros provisionados	1.287.260	3.109
Amortização do custo de transação	32.907	434
Encargos financeiros pagos	(1.290.348)	(894)
Amortização de financiamentos	(3.526.800)	(22.600)
Subtotal	14.769.844	45.081
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	1.984	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.771.828	45.081

(1) Inclui tributos que não tiveram efeito caixa, no montante de R\$9.573;

(2) Custos de transação decorrentes da 5ª emissão de debêntures da Cemig D, cuja integralização foi realizada mediante dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, não havendo assim, efeito no caixa da Companhia;

(3) Refere-se a saldo de empréstimos das Eólicas Volta do Rio e Praias de Parajuru, decorrente da operação de combinação de negócios entre Cemig GT e Energimp. Mais detalhes vide nota explicativa nº 17.

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o ativo intangível e para o ativo de contrato os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2018	2017
Encargos de empréstimos e financiamentos	1.287.260	1.537.627
Encargos financeiros capitalizados no intangível (1) (nota 19)	(4.437)	(70.913)
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato (nota 16)	(26.364)	-
Efeito líquido no resultado	1.256.459	1.466.714

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,37% a.a. em 2018 (14,28%a.a. em 2017).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, 5ª e 6ª emissões de debêntures e 9ª emissão de nota promissória Cemig D (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos) Índice de Liquidez Corrente	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 30/06/2018 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 30/06/2018 em diante	- -	Semestral e anual
Debêntures	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	-	Anual
GASMIG (4)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	-	Anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (5)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

(1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;

(2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x;

(3) Os títulos descritos acima possuem exigibilidade de cumprimento das respectivas cláusulas restritivas em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta Nota Explicativa;

- (4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- (5) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Votla do Rio possuem Covenants Financeiros com exibibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do *Índice de Cobertura do Serviço da Dívida*, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 32.

23. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	29.068	36.591
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	122.217	206.022
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.329	2.154
Eficiência Energética	257.956	223.767
Pesquisa e Desenvolvimento	224.970	233.398
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.536	2.696
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	4.746	5.066
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.631	6.612
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	5.804	15.172
Encargo de Capacidade Emergencial	30.994	30.996
Outros	5.686	16
	692.937	762.490
Passivo Circulante	514.412	512.673
Passivo Não Circulante	178.525	249.817

24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2018.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$651.966 em 31 de dezembro de 2018 (R\$720.498 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de dezembro de 2018, o montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$377.449 (R\$283.291 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 28 de março de 2019, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago pela Cemig em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R\$178.328, através de 167 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total Em 31/12/2018
Valor Presente das Obrigações	11.073.328	2.343.799	47.552	427.383	13.892.062
Valor Justo dos Ativos do Plano	(9.062.611)	-	-	-	(9.062.611)
Passivo Líquido inicial	2.010.717	2.343.799	47.552	427.383	4.829.451
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	158.893	-	-	-	158.893
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total em 31/12/2017
Valor Presente das Obrigações	10.545.473	1.809.441	38.505	269.880	12.663.299
Valor Justo dos Ativos do Plano	(8.546.329)	-	-	-	(8.546.329)
Passivo Líquido inicial	1.999.144	1.809.441	38.505	269.880	4.116.970
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	69.211	-	-	-	69.211
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	2.068.355	1.809.441	38.505	269.880	4.186.181

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2016	9.743.558	1.710.787	37.549	813.921	12.305.815
Custo do Serviço Corrente	4.480	11.268	264	3.760	19.772
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	979.746	177.994	3.908	84.869	1.246.517
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	190.523	-	-	20	190.543
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	414.980	65.515	1.699	54.207	536.401
Decorrentes de ajustes com base na experiência	53.054	(43.507)	(2.485)	(59.593)	(52.531)
	<u>658.557</u>	<u>22.008</u>	<u>(786)</u>	<u>(5.366)</u>	<u>674.413</u>
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(619.297)	(619.297)
Benefícios Pagos	(840.868)	(112.616)	(2.430)	(8.007)	(963.921)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2017	10.545.473	1.809.441	38.505	269.880	12.663.299
Custo do Serviço Corrente	3.522	9.702	231	1.592	15.047
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	959.279	172.621	3.581	25.448	1.160.929
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas					
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	466.630	401.690	8.149	26.800	903.269
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(20.080)	68.231	(457)	112.824	160.518
	<u>446.550</u>	<u>469.921</u>	<u>7.692</u>	<u>139.624</u>	<u>1.063.787</u>
Benefícios Pagos	(881.496)	(117.886)	(2.457)	(9.161)	(1.011.000)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2018	11.073.328	2.343.799	47.552	427.383	13.892.062

Em 2017, a Companhia e suas controladas realizaram modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%. As alterações mencionadas implicaram em uma redução de R\$619.297 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	8.128.251
Retorno real dos investimentos	1.099.507
Contribuições do Empregador	159.439
Benefícios pagos	(840.868)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	8.546.329
Retorno real dos investimentos	1.220.248
Contribuições do Empregador	177.530
Benefícios pagos	(881.496)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	9.062.611

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2018 e 2017 são como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.522	9.702	231	1.592	15.047
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	959.279	172.621	3.581	25.448	1.160.929
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(770.865)	-	-	-	(770.865)
Estimativa de despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial	191.936	182.323	3.812	27.040	405.111

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	4.480	11.268	264	3.760	19.772
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	979.746	177.994	3.908	84.869	1.246.517
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(810.265)	-	-	-	(810.265)
Custo do serviço passado	-	-	-	(619.297)	(619.297)
Estimativa de despesa (recuperação de despesa) total em 2017 conforme cálculo atuarial	173.961	189.262	4.172	(530.668)	(163.273)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.679.154	1.710.787	37.549	813.921	4.241.411
Despesa reconhecida no resultado	173.961	189.262	4.172	88.629	456.024
Contribuições pagas	(159.439)	(112.616)	(2.430)	(8.007)	(282.492)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(619.297)	(619.297)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	374.679	22.008	(786)	(5.366)	390.535
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	2.068.355	1.809.441	38.505	269.880	4.186.181
Despesa reconhecida no resultado	191.936	182.323	3.812	27.040	405.111
Contribuições pagas	(177.530)	(117.886)	(2.457)	(9.161)	(307.034)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	86.849	469.921	7.692	139.624	704.086
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344
				2018	2017
Passivo Circulante				252.688	231.894
Passivo Não Circulante				4.735.656	3.954.287

(1) Reconhecidas diretamente no resultado abrangente.

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2016	257.933	95.655	2.452	41.424	397.464
Despesa reconhecida no resultado	27.119	10.437	276	4.653	42.485
Contribuições pagas	(7.846)	(7.101)	(157)	(361)	(15.465)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(29.788)	(29.788)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	56.278	12.577	88	(4.142)	64.801
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	333.484	111.568	2.659	11.786	459.497
Despesa reconhecida no resultado	31.668	10.774	257	1.281	43.980
Contribuições pagas	(8.735)	(7.223)	(155)	(335)	(16.448)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	937	17.069	437	3.979	22.422
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	357.354	132.188	3.198	16.711	509.451
				2018	2017
Passivo Circulante				13.774	12.974
Passivo Não Circulante				495.677	446.523

(1) Reconhecidas diretamente no resultado abrangente.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$337.005 (R\$390.637 em 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$68.106 (R\$65.387 em 2017).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2019 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	935	14.110	328	2.555	17.928
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	977.564	208.235	4.225	38.405	1.228.429
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(781.803)	-	-	-	(781.803)
Estimativa da despesa total em 2019 conforme laudo atuarial	196.696	222.345	4.553	40.960	464.554

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2019 é como segue:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	863.161	127.479	2.586	16.451	1.009.677

A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2019 no montante de R\$184.340 para amortização de déficit do Plano A e de R\$81.560 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,59	11,31	12,72	12,67	16,50

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2018	2017
Ações	7,11%	6,63%
Títulos de Renda Fixa	71,92%	74,12%
Imóveis	4,69%	8,05%
Outros	16,28%	11,20%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2018	2017
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia e suas controladas	379.786	363.616
Ações emitidas pela Companhia	34.947	9.826
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia e suas controladas	662.429	725.000
	1.077.162	1.098.442

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2018			2017		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro De Vida	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,02%	9,13%	9,16%	9,48%	9,60%	9,57%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,02%	9,13%	9,16%	9,48%	9,60%	9,57%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,01%	4,01%	4,01%	4,00%	4,00%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	4,01%	Não aplicável	5,26%	4,00%	Não aplicável	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	-	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018:

Efeitos na obrigação de benefício definido - consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	229.413	44.229	877	(15.007)	259.512
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(233.044)	(44.971)	(891)	15.877	(263.029)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	1.183.180	326.905	6.616	78.227	1.594.928

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

25. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	2017	Adições	Reversões	Liquidações	2018
Trabalhistas	473.874	67.076	(25.387)	(58.674)	456.889
Cíveis					
Relações de consumo	18.632	17.273	(524)	(16.505)	18.876
Outras ações cíveis	43.105	9.878	(14.340)	(9.632)	29.011
	61.737	27.151	(14.864)	(26.137)	47.887
Tributárias	57.048	4.670	(9.332)	(492)	51.894
Ambientais	45	1.239	-	(27)	1.257
Regulatórias	39.812	8.593	(10.393)	(1.321)	36.691
Outras	45.597	6.570	(3.957)	(2.157)	46.053
Total	678.113	115.299	(63.933)	(88.808)	640.671

	Consolidado				
	2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	349.273	210.129	(3.524)	(82.004)	473.874
Cíveis					
Relações de consumo	14.741	21.549	(1.704)	(15.954)	18.632
Outras ações cíveis	40.443	9.824	(2.471)	(4.691)	43.105
	55.184	31.373	(4.175)	(20.645)	61.737
Tributárias	69.922	8.346	(2.546)	(18.674)	57.048
Ambientais	39	6	-	-	45
Regulatórias	43.100	14.818	(17.225)	(881)	39.812
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	58.054	13.797	(19.349)	(6.905)	45.597
Total	815.017	278.469	(286.264)	(129.109)	678.113

	Controladora					
	2017	Incorporação da Cemig Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	2018
Trabalhistas	38.603	22	7.406	(7.620)	(5.604)	32.807
Cíveis		-			-	
Relações de consumo	1.024	-	697	(100)	(690)	931
Outras ações cíveis	958	-	3.180	(444)	(2.935)	759
	1.982	-	3.877	(544)	(3.625)	1.690
Tributárias	7.473	-	4.076	(263)	(17)	11.269
Regulatórias	13.959	-	4.190	-	(969)	17.180
Outras	1.177	-	257	(67)	(109)	1.258
Total	63.194	22	19.806	(8.494)	(10.324)	64.204

	Controladora				
	2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	34.928	16.641	(3.016)	(9.950)	38.603
Cíveis					-
Relações de consumo	1.435	45	(411)	(45)	1.024
Outras ações cíveis	3.238	301	(2.359)	(222)	958
	4.673	346	(2.770)	(267)	1.982
Tributárias	8.869	3.093	(1.732)	(2.757)	7.473
Regulatórias	21.614	-	(7.655)	-	13.959
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	466	1.314	(77)	(526)	1.177
Total	309.995	21.394	(254.695)	(13.500)	63.194

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.724.929 (R\$1.854.257 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$456.889 foram provisionados (R\$473.874 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$66.399 (R\$56.017 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$18.876 (R\$18.632 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$277.048 (R\$218.455 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$29.011 (R\$43.105 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$160.420 (R\$159.109 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$46.472 (R\$43.970 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$142.210 (R\$121.948 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$5.422 foram provisionados (R\$13.078 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A redução do montante provisionado em 31 de dezembro de 2018, decorre da reavaliação da probabilidade de perda provável para possível devido à jurisprudência favorável às controladas.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$15.154 (R\$68.097 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$1.257 foram provisionados (R\$45 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoproductor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$259.800 (R\$222.434 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$36.691 (R\$39.812 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$36.280 (R\$31.987 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$188.743 (R\$196.307 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$11.030 foram provisionados (R\$13.655 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia e suas controladas.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$274.871 (R\$267.432 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$303.584 (R\$311.138 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados (PLR), programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.419.637 (R\$1.332.992 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$145.689 (R\$274.836 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. O processo foi baixado em função de decisão favorável à Companhia, com trânsito em julgado. Em 31 de dezembro de 2017 o valor da contingência era de R\$576.386.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$221.414 (R\$212.393 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$349.760 (R\$322.196 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$975.196 (R\$1.224.274 em 31 de dezembro de 2017), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora S.A. questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$317.460 (R\$287.515 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias, contra essa decisão foi interposto recurso especial cuja admissibilidade aguarda apreciação.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$225.132 (R\$201.586 em 31 de dezembro de 2017). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$302.890 (R\$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$148.205 (R\$126.664 em 31 de dezembro de 2017).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$87.159 (R\$79.378 em 31 de dezembro de 2017).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$412.054 (R\$397.897 em 31 de dezembro de 2017) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$291.262 (R\$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$90.288 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos, motivo da redução no valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas, que é de R\$87.573 (R\$220.142 em 31 de dezembro de 2017). Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia é de R\$7.293.763 (6.294.208 em 31 de dezembro de 2017), representado por 487.614.213 (420.764.708 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias e 971.138.388 (838.076.946 em 31 de dezembro de 2017) preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2018					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	248.480.146	51	-	-	248.480.146	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	647.647	-	704.350	-
FIA Dinâmica Energia S.A.	48.200.000	10	55.905.344	6	104.105.344	7
Outros						
No País	159.745.194	33	396.559.885	41	556.305.079	38
No Exterior	31.132.170	6	518.025.512	53	549.157.682	38
Total	487.614.213	100	971.138.388	100	1.458.752.601	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 2017					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	4.860.228	1	4.916.931	1
FIA Dinâmica Energia S.A.	41.635.754	10	62.469.590	7	104.105.344	8
Outros						
No País	110.343.209	26	237.174.007	28	347.517.216	27
No Exterior	54.314.303	13	533.573.121	64	587.887.424	47
Total	420.764.708	100	838.076.946	100	1.258.841.654	100

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Aumento de capital

Em 23 de abril de 2018, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o aumento de capital no valor de R\$999.555, passando o capital de R\$6.294.208 para R\$7.293.763, mediante a emissão de 199.910.947 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 cada, sendo 66.849.505 ordinárias e 133.061.442 preferenciais.

O valor subscrito e integralizado pelos acionistas foi de R\$1.324.773, sendo que a diferença entre o aumento de capital e o valor subscrito, de R\$325.218 foi destinado para Reserva de Capital.

b) Lucro por ação

Considerando o aumento de capital em 23 de abril de 2018 descrito acima, o cálculo do lucro básico e diluído é apresentado a seguir:

	Quantidade de ações	
	2018	2017
Ações ordinárias já capitalizadas	487.614.213	420.764.708
Ações ordinárias a serem capitalizadas	-	66.849.505
Ações em tesouraria	(69)	(69)
	487.614.144	487.614.144
Ações preferenciais já capitalizadas	971.138.388	838.076.946
Ações preferenciais a serem capitalizadas	-	133.061.442
Ações em tesouraria	(560.649)	(560.649)
	970.577.739	970.577.739
Total	1.458.191.883	1.458.191.883

Lucro básico e diluído por ação

As ações preferenciais da Companhia têm direito a um dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito no item “e”.

As ações que foram subscritas no aumento de capital ocorrido em 23 de abril de 2018 foram integralmente consideradas no cálculo do lucro básico e diluído para o exercício 2017, tendo em vista que a proposta de subscrição de novas ações foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de outubro de 2017 e essas novas ações já tinham potencial de subscrição desde essa última data, conforme deliberado pelos acionistas.

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 32 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

O cálculo do lucro básico por ação é como segue:

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	1.700.099	1.000.954
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício (item c)	577.311	485.569
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	554.281	333.119
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	1.131.592	818.688
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	290.039	14.908
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	278.468	167.358
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	568.507	182.266
Lucro básico por ação preferencial (A/nº ações preferenciais)	1,17	0,84
Lucro básico por ação ordinária (B/nº ações ordinárias)	1,17	0,37

Considerando o lucro das operações continuadas de R\$1.378.291 no exercício de 2018, o lucro básico e diluído calculado para as ações preferenciais e ordinárias corresponde ao valor de R\$0,95.

c) Reservas

Reservas de Capital

	2018	2017
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	394.448	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	2.249.721	1.924.503

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros

	2018	2017
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.215	57.215
Reserva de Retenção de Lucros	3.965.160	3.340.949
Reserva de Incentivos Fiscais	66.783	57.546
Reserva de Dividendos obrigatórios não Distribuído	1.419.846	1.419.846
	6.362.022	5.728.574

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

O cálculo da reserva de retenção de lucros está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.700.099	1.000.954
Dividendos prescritos	42.464	-
Reserva de Incentivos Fiscais	(9.237)	(712)
Realização do custo atribuído	42.497	28.242
Ajuste de adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 e CPC 47/ IFRS 15	(157.266)	-
Dividendos propostos	(867.350)	(500.477)
Reserva de retenção de lucros	751.207	528.007

Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu, para as controladas Cemig D e GT, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado no resultado foi de R\$9.237 em 2018 (R\$712 em 2017), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2018 monta R\$66.783 (R\$57.546 em 31 de dezembro de 2017). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído

	31/12/2018
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos no Patrimônio Líquido, nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

d) Direitos e preferencias das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.

Os direitos de dividendos das ações preferenciais e ordinárias estão descritos no item a seguir:

e) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

As ações da Cemig emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Dessa forma, o cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, conforme mencionado no parágrafo anterior, está demonstrado a seguir:

	Controladora	Controladora
	2018	2017
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais já capitalizadas	4.855.692	4.190.385
Valor Nominal das Ações Preferenciais a serem capitalizadas	-	665.307
	4.855.692	4.855.692
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	485.569	485.569
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.700.099	1.000.954
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	850.050	500.477
Imposto retido na fonte sobre Juros sobre o capital próprio	17.300	-
	867.350	500.477
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o Capital Próprio	210.000	-
Dividendos ordinários	657.350	500.477
	867.350	500.477
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	577.311	485.569
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	290.039	14.908
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50	0,50
Dividendo Obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	0,59	0,34
Dividendos Propostos - ON	0,59	0,50
Dividendos Propostos - PN	0,59	0,03

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	427.832	425.838
Dividendos e JCP propostos	867.350	867.350
IRRF sobre JCP	(17.300)	(17.300)
Dividendo proposto acionista não controlador	351	-
Dividendos propostos de exercícios anteriores	126.996	126.996
Dividendos prescritos	(42.464)	(42.464)
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais (nota 12)	(7.597)	(7.597)
Dividendos pagos	(491.465)	(491.403)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	863.703	861.420

Destinação do Resultado de 2018 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 30 de abril de 2019, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2018, no montante de R\$1.700.099 e do saldo negativo de lucros acumulados no montante de R\$72.305 referente a adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 e CPC 47/ IFRS 15, no montante de R\$157.266, deduzido do valor de R\$42.497 em função da realização de custo atribuído de Imobilizado e reversão de R\$42.464 de dividendos prescritos.

- R\$867.350 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:
 - R\$210.000 na forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), a ser pago em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 28 de junho de 2019 e a segunda até 30 de dezembro de 2019, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 21 de dezembro de 2018;
 - R\$657.350 na forma de dividendos de 2018, a ser pago até 30 de dezembro de 2019, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.
- R\$751.207 destinados à Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2019, conforme orçamento de capital.
- R\$9.237 sejam destinados à Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2018 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

f) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2018	2017
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(256.943)	(234.519)
Controlada e controlada em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(1.681.484)	(1.241.144)
Custo Atribuído de Imobilizado (1)	611.191	638.517
Variação de valor justo de ativo financeiro de controlada em conjunto	-	139
Ajustes de conversão de balanço	362	398
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	87	87
	(1.069.844)	(602.003)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.326.787)	(836.522)

- 1) A variação do saldo do custo atribuído de ativos imobilizados, ocorrida em 2018, está líquida da reversão dos tributos diferidos sobre o custo atribuído. A variação decorre principalmente da reversão da controlada Rosal Energia, no montante de R\$17.547, em decorrência da mudança do critério de tributação desta controlada de lucro real para o lucro presumido.

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

27. SUBSIDIÁRIAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NÃO CONTROLADORES

As informações financeiras das controladas as quais possuem participações significativas de não controladores são conforme segue:

Empresa	Participação societária detida por sócio não-controlador	
	2018	2017
Gasmig	0,43%	0,43%
Light S.A	50,01%	-
LightGer	25,51%	-
Guanhães	25,51%	-
Axxion	25,51%	-
Amazônia	12,75%	-
UHE Itaocara	25,51%	-

Participações acumuladas de não controladores no patrimônio líquido:

Empresa	Consolidado	
	2018	2017
Gasmig	4.306	4.150
Light S.A	1.277.098	-
LightGer	21.973	-
Guanhães	50.158	-
Axxion	4.402	-
UHE Itaocara	2.671	-
Total	1.360.608	4.150

Lucro líquido (prejuízo) alocado às participações de não controladores:

Empresa	Consolidado	
	2018	2017
Gasmig	761	642
Light S.A	30.924	-
LightGer	356	-
Guanhães	7.494	-
Axxion	2.113	-
UHE Itaocara	(34)	-
Total	41.614	642

28. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado	
	2018	2017
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	24.871.995	23.701.361
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	2.044.599	1.610.593
CVA e Outros componentes financeiros (c)	1.973.064	988.260
Receita de transmissão		
Receita de concessão de transmissão (d)	410.852	371.066
Receita de construção de transmissão (e)	95.712	24.827
Receita de indenização de transmissão (f)	250.375	373.217
Receita de indenização de geração (g)	55.332	271.607
Receita de construção de distribuição (e)	801.778	1.093.921
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (h)	325	8.586
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (i)	321.427	316.880
Transações com energia na CCEE (i)	217.218	860.108
Fornecimento de gás	1.995.406	1.758.692
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(44.326)	-
Outras receitas operacionais (k)	1.584.094	1.483.377
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (l)	(12.311.634)	(11.150.805)
Receita operacional líquida	22.266.217	21.711.690

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, a partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Para detalhes sobre as receitas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 33.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Reconhecidas por meio da entrega de energia elétrica, sendo a receita registrada na medida do faturamento com base nas tarifas homologadas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor (cliente).

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2018	2017	2018	2017
Residencial	10.266.434	10.008.423	8.658.157	7.841.851
Industrial	17.689.182	17.760.807	4.892.887	4.906.865
Comércio, serviços e outros	8.380.346	7.507.310	4.683.418	4.341.962
Rural	3.615.402	3.651.472	1.793.459	1.628.883
Poder público	871.325	865.803	574.975	531.761
Iluminação pública	1.383.878	1.366.938	585.260	536.788
Serviço público	1.315.479	1.301.135	646.399	589.451
Subtotal	43.522.046	42.461.888	21.834.555	20.377.561
Consumo Próprio	41.244	37.477	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	47.602	60.880
	43.563.290	42.499.365	21.882.157	20.438.441
Suprimento a outras concessionárias (2)	11.991.355	12.777.405	3.001.538	1.727.527
Suprimento não faturado líquido	-	-	(11.700)	1.535.393
Total	55.554.645	55.276.770	24.871.995	23.701.361

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores, cobrados com base na tarifa definida pelo órgão regulador.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a construção, operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$12.934 no exercício de 2018.

e) Receita de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pelas controladas no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos de contrato. Considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

f) Receita de Indenização de Transmissão

Em 2018, a Cemig GT reconheceu receita no valor de R\$250.375 (R\$373.216 em 2017), correspondentes à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

g) Receita de Indenização de Geração

No exercício findo 31 de dezembro de 2018, a Cemig GT reconheceu receita no valor total de R\$55.332 (R\$271.607 em 2017) referente à atualização do saldo do ativo financeiro relativo à indenização das Usinas São Simão e Miranda, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

h) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

i) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

j) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

k) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2018	2017
Serviço taxado	13.915	10.526
Serviço de telecomunicações (1)	154	148.799
Prestações de serviços	188.361	156.308
Subvenções (2)	1.136.097	1.034.349
Aluguel e arrendamento	90.404	120.708
Ressarcimento de energia descontratada (3)	144.433	-
Outras	10.730	12.687
	1.584.094	1.483.377

- (1) Em decorrência da classificação de determinados ativos de telecomunicações como mantidos para venda, houve segregação das receitas das operações descontinuadas. A venda dos ativos de telecom anteriormente classificados para mantidos para venda ocorreu em novembro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 33;
- (2) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios governamentais incidentes nas tarifas aplicáveis aos clientes do serviço de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS;
- (3) R\$84.092 refere-se a ressarcimento de energia descontratada acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica (CCEAR). O valor será liquidado em 24 parcelas mensais, atualizados mensalmente pela SELIC; e, R\$50.145 refere-se a ressarcimento de energia descontratada acordado entre a Renova e Cemig GT em função da suspensão pela Renova do fornecimento de energia contratada do período de julho a dezembro de 2018. Os adiantamentos efetuados pela Cemig GT relacionados a esse período serão liquidados em uma única parcela em janeiro de 2019 atualizada a 155% do DI divulgado pela CETIP.

l) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2018	2017
Tributos sobre a Receita		
ICMS	5.656.793	5.847.434
COFINS	2.547.105	2.236.907
PIS-PASEP	552.969	454.609
Outros	7.456	8.144
	8.764.323	8.547.094
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	19.178	16.952
Programa de Eficiência Energética – PEE	64.309	55.646
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.603.050	1.822.214
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	38.241	37.769
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	38.241	37.769
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	19.121	18.884
Encargos do Consumidor – PROINFA	39.971	39.437
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	26.231	29.308
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	44.487	91.956
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	654.470	453.776
Outros	12	-
	3.547.311	2.603.711
	12.311.634	11.150.805

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal (a)	1.410.491	1.627.026	35.879	32.469
Participação dos empregados e administradores no resultado	76.761	4.640	9.677	248
Obrigações pós-emprego - nota 24	337.005	(228.660)	40.629	9.480
Materiais	104.416	70.927	1.438	365
Serviços de terceiros (b)	1.087.409	973.957	34.521	18.221
Energia elétrica comprada para revenda (c)	11.084.194	10.919.476	-	-
Depreciação e amortização	834.593	849.768	1.278	488
Provisões (reversões) e ajustes para perdas operacionais (d)	466.768	853.668	59.677	238.791
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.479.414	1.173.923	-	-
Gás comprado para revenda	1.238.085	1.070.623	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	897.490	1.118.749	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas (f)	403.601	382.946	18.076	(195.094)
	19.420.227	18.817.043	201.175	104.968

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 33.

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) - 2018

Em março de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018), com período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018, sendo elegíveis os empregados que tivessem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

No período de janeiro a dezembro de 2018, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$25.666, correspondente à adesão de 151 empregados.

No período de janeiro a dezembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$213.571, correspondente à adesão de 1.189 empregados.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) - 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$65.596, correspondente à adesão de 458 empregados, e foi registrado no resultado do exercício de 2018.

Reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019, com alteração dos requisitos para adesão, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	128.732	144.305	-	-
Comunicação	79.782	66.285	12.683	405
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	323.395	266.327	28	107
Conservação e limpeza de prédios	110.088	108.579	850	561
Mão de obra contratada	21.209	15.511	356	25
Fretes e passagens	7.372	7.824	1.974	1.711
Hospedagem e alimentação	11.918	12.978	233	206
Vigilância	20.350	22.618	-	-
Consultoria	15.851	16.236	8.824	934
Manutenção/conservação de móveis utensílios	4.101	3.637	15	3
Tecnologia da informação	58.969	61.730	3.071	1.430
Manutenção e conservação de veículos	2.147	1.813	1	248
Corte e religação	61.653	34.814	-	-
Meio ambiente	13.803	11.288	-	-
Serviços advocatícios	24.767	22.332	3.128	713
Custas processuais	2.246	2.905	-	84
Poda de árvores	27.895	21.158	-	-
Limpeza de faixa	41.267	16.212	-	-
Reprografia e publicações legais	21.112	22.957	767	806
Inspeção de unidades consumidoras	9.562	621	-	-
Outras despesas	101.190	113.827	2.591	10.988
	1.087.409	973.957	34.521	18.221

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2018	2017
Energia de Itaipu Binacional	1.350.891	1.243.354
Contratos por cotas de garantia física	679.153	460.744
Cotas das Usinas de Angra I e II	266.846	243.776
Energia de curto prazo	1.817.746	1.498.121
PROINFA	324.545	302.796
Contratos bilaterais	483.836	384.619
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	3.345.848	3.555.541
Energia adquirida no ambiente livre	3.871.297	4.283.409
Créditos de PASEP-COFINS	(1.055.968)	(1.052.884)
	11.084.194	10.919.476

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	264.416	248.280	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber (1)	(4.927)	26.600	7	1.715
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 25)				
Trabalhistas	41.689	206.605	(214)	13.625
Cíveis	12.287	27.198	3.333	(2.424)
Tributárias	(4.662)	5.800	3.813	1.361
Ambientais	1.239	6	-	-
Regulatórias	(1.800)	(2.407)	4.190	(7.655)
Outras	2.613	(5.552)	190	1.237
	51.366	231.650	11.312	6.144
	310.855	506.530	11.319	7.859
Ajustes para perdas				
Opção de venda/compra – Ativas e Sonda	-	785	-	-
Opção de venda RME e LEPSA (nota 32)	48.358	230.932	48.358	230.932
Opção de venda SAAG (nota 32)	107.555	115.421	-	-
	155.913	347.138	48.358	230.932
	466.768	853.668	59.677	238.791

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

(2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período consolidado como despesas operacionais.

e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	2018	2017
Pessoal e administradores	69.960	35.633
Materiais	378.907	549.925
Serviços de terceiros	364.019	406.049
Outros	84.604	127.142
	897.490	1.118.749

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Arrendamentos e aluguéis	93.572	102.432	5.143	4.215
Propaganda e publicidade	18.652	29.890	1.461	1.155
Consumo próprio de energia elétrica	26.511	24.106		-
Subvenções e doações	22.040	19.420	2.796	2.102
Concessão onerosa	2.681	3.087	-	-
Seguros	6.527	8.231	1.634	2.161
Anuidade CCEE	6.317	7.909	1	1
FORLUZ – custeio administrativo	28.001	26.202	1.255	1.296
Agentes arrecadadores	78.328	70.568	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	6.690	192.785	-	-
Ganho líquido na alienação da Taesa	-	(206.503)	-	(206.503)
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (2)	-	41.425	-	-
Impostos e taxas	8.899	-	630	-
Outras despesas (receitas)	105.383	63.394	5.156	479
	403.601	382.946	18.076	(195.094)

- (1) Em novembro de 2018, foi concluído o processo de alienação dos ativos incorporados da Cemig Telecom. Mais informações na nota explicativa nº 33;
- (2) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018 esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia e suas controladas.

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	115.658	205.073	13.456	51.356
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	352.053	260.645	76	-
Variações cambiais	-	19.422	-	-
Variação monetária	19.296	45.781	36	2.153
Variação monetária – CVA (nota 15)	62.023	-	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	34.176	191.260	18.666	64.932
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras	(68.040)	(52.868)	(26.753)	(13.568)
Ganhos com instrumentos financeiros – swap (nota 32)	893.301	-	-	-
Rendas de Antecipação de Pagamento	28.345	-	123	-
Atualização financeira obtida no processo de arbitragem (1) (nota 17)	76.896	-	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas (nota 31)	56.320	-	-	-
Outras	135.651	134.400	3.944	9.502
	1.705.679	803.713	9.548	114.375
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(1.256.459)	(1.466.714)	(3.109)	-
Amortização do custo de transação (nota 22)	(32.907)	(66.856)	(434)	-
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 22)	(582.193)	(56.465)	-	(28)
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(29.038)	(16.241)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 22)	(133.815)	(108.913)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(3.068)	14	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 24)	(68.106)	(65.387)	(3.351)	(3.217)
Perdas com instrumentos financeiros – swap (nota 32)	-	(32.462)	-	-
Variação monetária - CVA	-	(41.273)	-	-
Variação monetária - AFAC	-	239.445	-	239.445
Atualização financeira – adiantamento de clientes (nota 8)	(11.088)	(46.481)	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	(2.320)	-	-
Outras	(107.487)	(136.611)	(16.071)	(659)
	(2.224.161)	(1.800.264)	(22.965)	235.541
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(518.482)	(996.551)	(13.417)	349.916

(1) Atualização financeira da dívida assumida pela Energimp decorrente de decisão favorável à Companhia em processo de arbitragem, que tem origem no descumprimento do prazo de entrada em operação de parques eólicos, acordado na aquisição de 49% da participação nestes parques, em 2009. Mas informações na nota explicativa nº 17.

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	244.960	54.926	-	-	163.152	136.273	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	1.220	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber – AFAC (2)	-	235.018	-	-	-	41.864	-	-
ICMS – antecipação (3)	-	-	-	-	11.803	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	-	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	-	1.119	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber – AFAC (2)	245.566	-	-	-	18.182	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	12.957	7.105	34.510	30.102	(164.568)	(146.780)
Prestação de Serviços (5)	1.792	1.657	-	-	11.884	13.042	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	90.664	72.315	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	969	858	-	-	(10.614)	(7.285)
Prestação de Serviço (5)	211	211	-	-	898	864	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	5.669	-	64.111	56.531	70.491	27.130	(778.455)	(685.673)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	6.785	66.185	-	-	8.767	-	-	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	42.046	-	-	-	1.532	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	-	6.870	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	3.504	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	130	130	5.841	3.640	15.913	9.258	(202.301)	(122.434)
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	-	-	-	-	(21.132)	(19.357)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.303	-	-	-	(19.154)	(15.305)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	584	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	544	528	-	-	(4.751)	(5.664)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.719	2.581	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	-	-	1.617	1.579	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.460	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	515	1.744	-	-	(81.453)	(178.691)
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (8)	87.285	-	-	-	6.793	-	-	-
Contas a Receber (9)	445.108	350.200	-	-	37.355	-	-	-
Ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia (10)	51.734	-	-	-	51.734	-	-	-
Ressarcimento de cessão de contrato de compra e venda de energia (11)	10.196	-	-	-	10.196	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.547	2.882	-	-	(18.688)	(26.163)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	374	1.128	502	483	60.364	54.350	(1.116)	(1.342)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	10.261	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	8.295	12.105	-	44	(109.313)	(126.622)
Prestação de Serviço (5)	130	404	-	-	566	1.273	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	976	964	-	-	(9.721)	(9.793)
Prestação de Serviços (5)	90	90	-	-	1.275	1.272	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	1.413	-	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (12)	-	-	195	2.982	-	-	-	-
Transudeste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	159	191	152	151	(1.513)	(1.599)
Prestação de serviços (5)	157	175	-	-	600	644	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	257	308	186	180	(2.441)	(2.578)
Prestação de serviços (5)	123	120	-	-	1.127	1.095	-	-
Centroeste								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.218	-	-	-	-	-	-	-
LUCE								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	4.979	-	-	-	-	-	-	-
RME								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.058	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	273.570	322.423	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	727.011	1.037.423	-	-	1.106.421	9.006	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (Nota 22)	(23.508)	(25.493)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	101.151	30.124	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (13)	-	-	123.184	108.843	-	-	(191.937)	(173.961)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (14)	-	-	-	-	-	-	(78.423)	(83.972)
Custeio Administrativo (15)	-	-	-	-	-	-	(28.000)	(26.201)
Arrendamento Operacional (16)	-	-	1.778	4.998	-	-	(46.066)	(55.236)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (13)	-	-	2.046.426	1.959.512	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (17)	-	-	120.344	115.045	-	-	(186.134)	(193.434)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (17)	-	-	2.271.007	1.633.291	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M com vencimento até novembro de 2019. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017, encontrando-se 9 parcelas vencidas em 31 de dezembro de 2018, possuem vencimento até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Valor da CIP referente ao TARD em 31/1/2018 é de R\$2.050;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Valor transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 (vide nota explicativa nº 12);
- Refere-se à receita financeira da antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais;

- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (6) Em 2017, foram antecipados R\$70.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
- (7) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31 de dezembro de 2018 é R\$45.550;
- (8) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivadora vincendos nos meses de janeiro a outubro de 2019, que deverá ser quitado até 09 de julho de 2019 e atualizadas à taxa de 155% do CDI. As antecipações de pagamentos possuem garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos.
- (9) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$445 milhões, a serem liquidadas em parcelas mensais, com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização financeira calculada pela variação de 150% a 155% do CDI. O contas a receber possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
- (10) Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia assinou o 8º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado junto à Renova, prorrogando o vencimento da parcela única de 10 de janeiro de 2019 para até 09 de julho de 2019. A atualização financeira é calculada com base na variação de 155% do CDI. Em 31 de dezembro de 2018, o valor a ser ressarcido pela Renova como indenização pela suspensão do fornecimento de energia do período de julho a setembro de 2018 é de R\$51.734. O valor a ser ressarcido pela Renova possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
- (11) Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia assinou o contrato de ressarcimento decorrente de Termo de Cessão de compra e venda de energia do período de 01 a 31 de dezembro de 2018. O valor de R\$10.196 deverá ser quitado até 09 de julho de 2019 com correção calculada na variação de 155% do CDI. O valor a ser ressarcido pela Renova possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
- (12) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (13) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 24);
- (14) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (15) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (16) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (contrato encontra-se em processo de renovação, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses;
- (17) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 24).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Cemig GT	-	-	659.622	564.230
Cemig D	-	-	267.435	-
Outras	119.743	76.893	18.527	38.819
	119.743	76.893	945.584	603.049

Mútuo partes relacionadas

Em setembro de 2018 foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (Mutuante) e Cemig (Mutuário), no montante de R\$400.000 sendo que sua liquidação ocorrerá em parcela única em dezembro de 2019, acrescido de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig H uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato.

No mesmo período, a Cemig GT (Mutuante) e Cemig D (Mutuário) também firmaram um contrato de mútuo no montante de R\$630.000 liquidado em novembro e dezembro de 2018 acrescido de juros no montante de R\$9.263 correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig D uma Nota Promissória no valor global de R\$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de 104 dias de vigência do contrato. O mútuo teve anuência da Aneel.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2018	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.571.420	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	875.297	2034
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	400.726	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	6.816	2023
				4.537.874	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

(2) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa. Mais detalhes na nota explicativa 17.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas demonstrações financeiras da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018				
				Cemig 4,65%	Cemig GT 0,75%	Cemig D 24,47%	Demais controladas 14,33 (1)	Total 44,20%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	468	75	2.463	1.442	4.448
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	334	54	1.754	1.130	3.272
				802	129	4.217	2.572	7.720

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2017				
				Cemig 4,17%	Cemig GT 26,85%	Cemig D 19,90%	Demais controladas 21,36% (2)	Total 72,28%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	420	2.706	2.005	2.152	7.283
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	834	5.375	3.983	4.276	14.468
				1.254	8.081	5.988	6.428	21.751

(1) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

(2) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	34.088	32.284
Participação nos resultados	4.170	491
Benefícios assistenciais	2.342	1.783
Total	40.600	34.558

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	2	116.513	116.513	44.244	44.244
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	2	3.927.651	3.927.651	4.035.445	4.035.445
Fundos Vinculados	2	90.993	90.993	106.227	106.227
Adiantamentos a Fornecedores	2	94.070	94.070	122.920	122.920
Consumidores – Contas a receber do Estado de Minas Gerais		244.960	244.960	105.275	105.275
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)		2.050	2.050	1.220	1.220
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	245.566	245.566	235.018	235.018
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros					
Componentes Financeiros	3	1.080.693	1.080.693	369.010	369.010
Reembolso de Subsídios Tarifários	2	90.845	90.845	77.086	77.086
Subvenção Baixa Renda	2	30.232	30.232	26.660	26.660
Depósitos Vinculados a Litígios	2	2.501.512	2.501.512	2.335.632	2.335.632
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.408.930	2.408.930	2.337.135	2.337.135
Indenizações a Receber – Transmissão		1.296.314	1.296.314	1.928.038	1.928.038
Contas a Receber – Renova	2	532.393	532.393	350.200	350.200
Ressarcimento – Descontratação de Energia	2	97.284	97.284	-	-
Ressarcimento Cessão de Contrato		10.196	10.196	-	-
		12.770.202	12.770.202	12.074.110	12.074.110
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – aplicações financeiras		783.288	783.288	916.762	916.762
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	-	-	2.652	2.652
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	1	253.868	253.868	739.945	739.945
Letras Financeiras - Bancos	2	434.735	434.735	290.004	290.004
Debêntures	2	7.118	7.118	11.292	11.292
		1.479.009	1.479.009	1.960.655	1.960.655
Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Remunerados por tarifa		-	-	547.800	547.800
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	3	813.335	813.335	8.649	8.649
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda) (2)	3	4.460	4.460	3.801	3.801
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	3	395.743	395.743	369.762	369.762
Indenizações a Receber – Geração	3	816.202	816.202	1.900.757	1.900.757
		3.508.749	3.508.749	4.791.424	4.791.424
		16.278.951	16.278.951	16.865.534	16.865.534
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(14.771.828)	(14.771.828)	(14.397.697)	(14.397.697)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(651.966)	(651.966)	(720.498)	(720.498)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	2	(377.449)	(377.449)	(283.291)	(283.291)
Passivos Financeiros da Concessão – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros					
Componentes Financeiros	3	-	-	(414.800)	(414.800)
Concessões a Pagar	3	(18.747)	(18.747)	(21.227)	(21.227)
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	2	-	-	(282.876)	(282.876)
Fornecedores	2	(1.801.252)	(1.801.252)	(2.342.757)	(2.342.757)
Adiantamento de Clientes	2	(79.405)	(79.405)	(232.762)	(232.762)
		(17.700.647)	(17.700.647)	(18.695.908)	(18.695.908)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	3	-	-	(41.111)	(41.111)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda RME)	2	-	-	(507.232)	(507.232)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda SAAG)	3	(419.148)	(419.148)	(311.593)	(311.593)
		(419.148)	(419.148)	(859.936)	(859.936)
		(18.119.795)	(18.119.795)	(19.555.844)	(19.555.844)

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

(2) Opções da Sonda no montante de R\$4.117 registrados no ativo da Companhia em função da incorporação da Cemig Telecom.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição e Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações financeiras.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 141,90% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 0,64% a 3,26%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

A Companhia e suas controladas possuem determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2018; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as opções são como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Opção de venda RME	-	507.232
Opção de venda SAAG	419.148	311.593
Opção de venda /compra – Ativas e Sonda	(4.460)	(3.801)
	414.688	815.024

Opção de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2018 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$419.148 (R\$311.593 em 31 de dezembro de 2017), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173
Variação do valor justo	120.754
Reversões	(5.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	107.555
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 4,86% a 8,86% ao ano e volatilidade entre 23% e 83% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$395.569 e R\$448.684, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Opção de Venda de ações da RME e LEPSA

A Cemig possuía um contrato onde o Fundo de Participações Redentor tinha a opção de venda da totalidade das ações da RME e da LEPSA, de sua propriedade. O preço de exercício da opção era calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na investida, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela RME e LEPSA. Sobre o preço de exercício teria uma atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O exercício das opções havia sido dividido em duas etapas. A primeira foi exercida em 30 de novembro de 2017, quando a Cemig adquiriu a totalidade das ações de emissão da Lepsa e a totalidade das ações preferenciais de emissão da RME, detidas pelo BB-BI, pela BV Financeira e pelo Santander, que correspondem ao valor justo de R\$185.358, sendo R\$147.163 pela LEPSA e R\$38.195 pela RME.

Naquela data, com o exercício da primeira etapa das opções, a Cemig aumentou sua participação acionária na RME de 66,27% para 75% do capital social total, mantendo, contudo, a participação de 50% do capital social votante da RME, bem como aumentou sua participação acionária na LEPSA de 66,62% para 100% do capital social votante e total.

Em 22 de novembro de 2017 a Cemig firmou com o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("BV Financeira") e o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI" e, em conjunto, "Bancos Acionistas") o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), para formalizar a postergação parcial da data de exercício do valor remanescente da Opção de Venda outorgada pela Cemig aos Bancos Acionistas, passando a data de exercício de 30 de novembro de 2017 para 30 de novembro de 2018.

Em 30 de novembro de 2018 foi exercida a segunda etapa das opções onde a Cemig adquiriu a totalidade das ações ordinárias de emissão da RME, detidas pelo BB-Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander (Brasil) S.A., pelo valor de R\$659.378 e quitou todos os compromissos com os referidos acionistas em relação à opção de venda. Com esta aquisição a Cemig passou a deter 100% do capital total da RME.

A movimentação do valor das opções, nos exercícios de 2018 e 2017 foi como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.149.881
Variação do valor justo	187.568
Baixa pelo exercício da PUT (primeira etapa)	(830.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	507.232
Variação do valor justo	48.358
Baixa pelo exercício da PUT (segunda etapa)	(555.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

Os efeitos no resultado dos exercícios de 2018 e 2017, decorrentes do contrato de opções, foram reconhecidos aos seus valores justos com base no Black-Scholes-Merton tomando por base as seguintes variáveis: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light nas datas dos registros (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por Cemig Telecom) e Venda (emitido por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em em 31 de março de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e a Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício de 2018. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício de 2018, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valuation elaborado pela mesma consultoria especializada responsável pelo cálculo das opções. A data base da avaliação é 31 de dezembro de 2018, mesma data de fechamento das demonstrações financeiras da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de dezembro de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$893.301 (ajuste negativo de R\$32.462 em 31 de dezembro de 2017), registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 2018	Valor justo 2018	Valor Conforme contrato 2017	Valor justo 2017
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	679.530	626.888	50.792	(32.462)
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	32.781	186.447	-	-
					712.311	813.335	50.792	(32.462)

- 1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI.

Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

- 2) Em milhares de US\$.

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$813.335, que seria uma referência caso a Cemig GT efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2018, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e possuem valor *accrual* de R\$712.311, em 31 de dezembro de 2018.

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Cemig GT estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$1,2 bilhão referente à opção (*call spread*), parcialmente compensado por R\$43 milhões referentes ao Swap, totalizando R\$1,15 bilhão.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 31/12/2018	Cenário provável	Cenário Possível Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 25%	Cenário Remoto Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 50%
Swap ponta ativa	5.981.249	5.933.662	4.874.919	3.921.229
Swap ponta passiva	(6.095.357)	(5.977.168)	(6.130.070)	(6.268.786)
Opção/Call Spread	927.443	1.196.040	588.372	192.526
Instrumento derivativo de hedge	813.335	1.152.534	(666.779)	(2.155.031)

Foram aplicados ao cálculo do valor justo estimado os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2018		2017	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 22)	1.518.029	5.882.060	1.014.535	3.356.082
Fornecedores (Itaipu Binacional)	69.994	268.004	73.698	240.220
	1.588.023	6.150.064	1.088.233	3.596.302
Euro				
Empréstimos e financiamentos – Euro (nota 22)	52	229	1.105	4.383
Passivo Líquido Exposto	1.588.075	6.150.293	1.089.338	3.600.685

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2019 será uma redução de 1,92% para o dólar (R\$3,80) e uma redução de 1,55% para o Euro (R\$4,37). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar R\$ 3,80 Euro R\$ 4,37	Cenário Possível Dólar R\$ 4,75 Euro R\$ 5,46	Cenário Remoto Dólar R\$ 5,70 Euro R\$ 6,55
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos	5.882.060	5.769.405	7.211.756	8.654.108
Fornecedores (Itaipu Binacional)	268.004	262.871	328.589	394.307
	6.150.064	6.032.276	7.540.345	9.048.415
Euro				
Empréstimos e financiamentos	229	225	281	338
Passivo líquido exposto	6.150.293	6.032.501	7.540.626	9.048.753
Efeito líquido da variação cambial		(117.792)	1.390.333	2.898.460

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “ Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2018	2017
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 6)	783.288	916.762
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	812.234	1.088.137
Contas a receber – Renova (nota 31)	532.393	350.200
Adiantamentos a fornecedores	94.070	122.920
Fundos vinculados	90.993	106.227
CVA e outros componentes financeiros – SELIC* (nota 15)	1.080.693	369.010
Geração – indenização a receber – SELIC (nota 15)	-	1.084.346
Ressarcimento – descontratação de energia (nota 31)	97.284	-
Ressarcimento Cessão de Contratos	10.196	-
Créditos junto à Eletrobrás	-	4.216
	3.501.151	4.041.818
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 22)	(4.919.571)	(7.202.558)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 22)	(249.454)	(118.891)
Adiantamento de clientes – CDI	(79.405)	(188.344)
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 15)	-	(414.800)
Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT	-	(282.876)
	(5.248.430)	(8.207.469)
Passivo Líquido Exposto	(1.747.279)	(4.165.651)

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC será de 6,50% e a taxa TJLP será de 6,4757%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2018	31/12/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,50% TJLP 6,48%	Cenário Possível SELIC 8,12% TJLP 8,09%	Cenário Remoto SELIC 9,75% TJLP 9,71%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 6)	783.288	834.202	846.930	859.659
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	812.234	865.029	878.228	891.427
Contas a Receber – Renova (nota 31)	532.393	566.999	575.650	584.301
Adiantamentos a Fornecedores	94.070	100.185	101.713	103.242
Fundos Vinculados	90.993	96.908	98.386	99.865
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 15)	1.080.693	1.150.938	1.168.499	1.186.061
Ressarcimento – Descontratação de Energia (nota 31)	97.284	103.607	105.188	106.769
Ressarcimento – Cessão de contratos (nota 31)	10.196	10.859	11.024	11.190
	<u>3.501.151</u>	<u>3.728.727</u>	<u>3.785.618</u>	<u>3.842.514</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 22)	(4.919.571)	(5.239.343)	(5.319.286)	(5.399.229)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 22)	(249.454)	(265.608)	(269.635)	(273.685)
Adiantamento de Clientes – CDI	(79.405)	(84.566)	(85.857)	(87.147)
	<u>(5.248.430)</u>	<u>(5.589.517)</u>	<u>(5.674.778)</u>	<u>(5.760.061)</u>
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	<u>(1.747.279)</u>	<u>(1.860.790)</u>	<u>(1.889.160)</u>	<u>(1.917.547)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(113.511)</u>	<u>(141.881)</u>	<u>(170.268)</u>

(*) Montantes de CVA e outros componentes financeiros indexados à SELIC.

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Redução da Inflação	2018	2017
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	395.743	110.832
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 31)	247.010	107.614
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 31)	245.566	235.018
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 15)	1.296.314	1.928.038
Transmissão – ativos remunerados por tarifa – IPCA (nota 15)	-	496.121
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 15)	2.408.930	2.337.135
	4.593.563	5.214.758
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 22)	(3.791.340)	(3.800.889)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(651.966)	(720.498)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(377.449)	(283.291)
	(4.820.755)	(4.804.678)
Passivo Líquido	(227.192)	410.080

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

No que se refere à probabilidade de redução da inflação, em função da Companhia ter mais ativos do que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, a taxa IPCA será de 4,0881% e a taxa de IGPM será de 4,35%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de um aumento na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Redução da inflação	31/12/2018	31/12/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,09% IGPM 4,35%	Cenário Possível (25%) IPCA 5,11% IGPM 5,44%	Cenário Remoto (50%) IPCA 6,14% IGPM 6,53%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (1)	395.743	411.921	415.966	420.011
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 31)	247.010	257.755	260.441	263.127
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 31)	245.566	256.248	258.918	261.589
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 15)	1.296.314	1.349.309	1.362.557	1.375.807
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 15)	2.408.930	2.507.409	2.532.029	2.556.650
	4.593.563	4.782.642	4.829.911	4.877.184
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA	(3.791.340)	(3.946.334)	(3.985.081)	(4.023.833)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA	(651.966)	(678.619)	(685.282)	(691.946)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	(377.449)	(392.879)	(396.737)	(400.595)
	(4.820.755)	(5.017.832)	(5.067.100)	(5.116.374)
Passivo Líquido	(227.192)	(235.190)	(237.189)	(239.190)
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		(7.998)	(9.997)	(11.998)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	111.458	974.172	2.101.370	10.081.251	7.802.671	21.070.922
Concessões a pagar	207	419	1.832	8.289	13.780	24.527
Dívida pactuada c/fundo de Pensão FORLUZ (nota 24)	11.591	23.255	106.253	626.363	86.684	854.146
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 24)	3.537	7.122	32.582	191.968	477.434	712.643
	126.793	1.004.968	2.242.037	10.907.871	8.380.569	22.662.238
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.658.899	141.139	1.214	-	-	1.801.252
	1.785.692	1.146.107	2.243.251	10.907.871	8.380.569	24.463.490

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	54.550	-	54.550
Mútuo com Partes Relacionadas	-	-	443.568	-	-	443.568
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 24)	570	1.144	5.228	30.817	4.265	42.024
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) (nota 24)	174	350	1.603	9.445	23.490	35.062
	744	1.494	450.399	94.812	27.755	575.204
- Pré-fixadas						
Fornecedores	9.285	-	-	-	-	9.285
	10.029	1.494	450.399	94.812	27.755	584.489

Risco de Crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2018, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$ 751.168.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Total do Passivo	43.915.346	27.909.453	1.987.772	1.522.956
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(890.804)	(1.030.257)	(54.330)	(38.672)
(-) Fundos vinculados	(90.993)	(106.227)	(129)	(87.872)
Passivo Líquido	42.933.549	26.772.969	1.933.313	1.396.412
Total do Patrimônio Líquido	15.939.327	14.330.136	14.578.719	14.325.986
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,07	1,87	0,13	0,10

33. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda e os resultados de operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2018, são conforme segue:

	Consolidado			Controladora		
	Investimentos	Ativos de Telecom	Total	Investimentos	Ativos de Telecom	Total
Ativos	19.446.033	-	19.446.033	1.573.967	-	1.573.967
Passivos	(16.272.239)	-	(16.272.239)	-	-	-
Ativo Líquido	3.173.794	-	3.173.794	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas controladores	1.817.746	-	1.817.746	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas não controladores	1.356.048	-	1.356.048	1.573.967	-	1.573.967
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	72.880	290.542	363.422	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas controladores	32.027	290.542	322.569	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas não controladores	40.853	-	40.853	-	-	-

A movimentação em 2018 dos ativos e passivos classificados como mantidos para venda são como segue:

	Consolidado	Controladora
Reclassificação de Investimentos – Nota 17 (*)	1.785.719	1.542.502
Resultado das operações descontinuadas atribuída aos acionistas controladores	32.027	31.465
	1.817.746	1.573.967

(*) Valor líquido do ajuste a valor justo menos os custos para alienação no montante de R\$42.400.

A Companhia alocou os ativos e passivos identificados na mensuração a valor justo dos investimentos na Light e demais investidas como mantidos para venda, correspondendo ao valor líquido devedor de R\$282.801.

Ativos de Telecom:

Em 25 de maio de 2018, a Cemig anunciou o interesse na alienação de determinados ativos de telecomunicações que foram incorporados da extinta CEMIG Telecomunicações em 31 de março de 2018.

Os ativos objeto da licitação representavam um conjunto formado pelos bens e pelas posições contratuais da Companhia nos Contratos de Infraestrutura e de Serviços, foram segregados em dois lotes sendo alienados de acordo com a melhor proposta econômica por lote, tendo como balizamento para fixação dos valores mínimos de arrematação para cada um dos lotes a avaliação formal dos ativos, sendo R\$335.070 para o Lote 1 e R\$32.473 para o Lote 2.

A proposta econômica vencedora do Lote 1, apresentada pela American Tower do Brasil – Comunicação Multimídia Ltda., foi de R\$575.906, ou seja, 71,87% superior ao valor mínimo de arrematação definido no Edital. A proposta econômica vencedora do Lote 2, apresentada

pela Algar Soluções em TIC S.A., foi de R\$78.555, ou seja, 141,05% superior ao valor mínimo de arrematação definido no Edital.

Em 1º de novembro de 2018, foram concluídas as operações de alienação, após implementadas as condições suspensivas definidas no Edital, inclusive a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Desta forma, a avaliação da Companhia é que os ativos de telecomunicações que faziam parte do Edital atendiam aos requisitos de classificação do CPC 31/IFRS 5 e foram classificados como mantidos para venda e operação descontinuada, representado no momento da alienação o montante de R\$276.145.

Em decorrência da conclusão da alienação destes ativos, ocorrida em novembro de 2018, os saldos dos ativos e passivos classificados como mantidos para venda foram baixados e foi reconhecido um ganho de R\$378.316 no resultado.

	Consolidado	Controladora
	2018	2018
Resultados das Operações Descontinuadas		
Receitas Operacionais		
Outras Receitas Operacionais		
Serviço de Telecomunicações	151.887	107.114
Arrendamentos e Alugueis	6.468	4.769
Outras Receitas Operacionais	529	27
	158.884	111.910
Deduções da Receita Operacional		
PIS-Pasep/COFINS	(5.954)	(4.305)
ICMS	(32.602)	(22.812)
Outros	(1.735)	(1.223)
	(40.291)	(28.340)
	118.593	83.570
Despesas Operacionais		
Serviços de Terceiros	(22.770)	(17.821)
Depreciação e Amortização	(14.500)	(6.115)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(21.199)	(14.427)
	(58.469)	(38.363)
Receitas Financeiras	847	591
Imposto de Renda e Contribuição Social		
IR e CSLL Correntes	(17.324)	(16.237)
IR e CSLL Diferidos	(3.406)	666
	(20.730)	(15.571)
Lucro Líquido	40.241	30.227

Os efeitos no fluxo de caixa decorrentes da alienação dos ativos de telecomunicações são como segue:

	Consolidado	Controladora
Atividade operacional – ganho na venda de investimento	(378.316)	(378.316)
Atividade de investimento – valor da alienação	654.461	654.461
	276.145	276.145

Light S.A.

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou por manter como prioridade para 2019, no contexto do programa de desinvestimentos da Cemig, o compromisso firme para a alienação das ações da Light S.A. de propriedade da Cemig, da RME e da LEPSA, em condições compatíveis com o mercado e que atenda ao interesse dos acionistas.

Adicionalmente, a Companhia avaliou que o seu investimento na Light passou a atender aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Desta forma, a Companhia avaliou também os efeitos nos investimentos detidos nas empresas LightGer, Axxion, Guanhões e UHE Itaocara, controladas em conjunto com a Light.

As informações dos ativos e passivos das investidas classificadas como operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2018, estão apresentados a seguir:

	LightGer	Guanhões	Axxion	Light	Itaocara
ATIVO					
Ativos classificados como mantidos para venda					
Caixa e equivalente de caixa	58.418	4.949	6.952	707.042	4.693
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	976.798	-
Consumidores e revendedores	11.180	204	-	2.855.348	-
Tributos compensáveis	-	-	572	75.089	-
Contas a receber	264	268	20.821	344.433	109
Estoques	6	-	-	38.046	-
Ativo financeiro da concessão	-	-	-	564.186	-
Outros ativos circulantes	-	-	-	74.428	-
Total do Ativo Circulante	69.868	5.421	28.345	5.635.370	4.802
Consumidores e revendedores	-	-	-	1.013.206	-
Tributos compensáveis	-	2.305	-	52.404	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	17.559	404.867	-
Ativo financeiro da concessão	-	-	-	4.420.330	-
Ativo de contrato	-	-	-	330.240	-
Imobilizado	130.496	345.093	1.127	1.560.141	5.872
Intangível	50	2.654	6.393	3.096.468	8.663
Investimento	-	-	-	546.622	-
Outros ativos não circulantes	1.094	13.087	1.468	804.055	-
Total do Ativo Não Circulante	131.640	363.139	26.547	12.228.333	14.535
Total do Ativo	201.508	368.560	54.892	17.863.703	19.337
PASSIVO					
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda					
Fornecedores	33.760	12.915	2.687	2.119.660	97
Empréstimos e financiamentos	8.614	12.867	8.888	1.996.036	-
Impostos, taxas e contribuições	1.210	389	1.453	338.911	59
Outros passivos circulantes	621	1.326	19.015	823.802	48
Total do Passivo Circulante	44.205	27.497	32.043	5.278.409	204
Empréstimos e financiamentos	71.198	139.170	1.304	8.032.425	-
Impostos, taxas e contribuições	-	823	736	304.553	-
Outros passivos não circulantes	-	4.448	3.866	858.824	8.663
Total do Passivo Não Circulante	71.198	144.441	5.906	9.195.802	8.663
Total do Passivo	115.403	171.938	37.949	14.474.211	8.867

O resultado dos investimentos referente ao mês de dezembro de 2018 está apresentado a seguir:

	31/12/2018				
	LightGer	Guanhães	Axxion	Light	Itaocara
Resultados das Operações Descontinuadas					
Receita líquida	3.728	1.362	6.161	1.052.494	-
Custos e despesas gerais	(1.739)	28.348	(3.490)	(980.318)	(149)
Resultado de equivalência patrimonial e ágio	-	-	-	(9.269)	-
Resultado descontinuado antes do resultado financeiro e impostos	1.989	29.710	2.671	62.907	(149)
Receita financeira	97	64	27	91.754	17
Despesa financeira	(432)	(399)	(168)	(44.005)	-
Resultado descontinuado antes dos impostos	1.654	29.375	2.530	110.656	(132)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(87)	-	5.439	(14.038)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(37.858)	-
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas	1.567	29.375	7.969	58.760	(132)

34. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Companhia Energética de Minas Gerais				
Instalações prediais	Incêndio	08/01/2019 a 08/01/2020	R\$ 6.628	R\$ 1
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2018 a 29/04/2019	US\$4.385	US\$49
	Responsabilidade Civil	29/04/2018 a 29/04/2019	US\$14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2018 a 02/11/2019	R\$21.775	R\$22
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2019 a 08/01/2020	R\$271.446	R\$59
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2019	R\$11.514	R\$5
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2018 a 07/12/2019	R\$ 992.147	R\$ 1.332
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2018 a 29/04/2019	US\$ 3.285	US\$ 35
	Responsabilidade Civil		US\$ 14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2018 a 02/11/2019	R\$ 164.514	R\$ 169
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2019 a 08/01/2020	R\$ 436.994	R\$ 94
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2029	R\$ 17.208	R\$ 7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2018 a 07/12/2019	R\$ 542.976	R\$ 729
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/18 a 15/12/19	60.000	398
Automotivo Frota Própria (operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/18 a 07/07/19	500	3
Automotivo Frota Própria (Diretoria)	Cobertura Total	25/10/18 a 25/10/19	100	2
Multirriscos Instalações	Roubo, Furto e Incêndios	01/01/18 a 01/01/19	41.374	50

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil

(3) Nova contratação do seguro em processo administrativo

A Companhia e suas controladas, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não solicitaram propostas e não possuem apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados. A Companhia e suas controladas não têm sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

35. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia elétrica de Itaipu e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.352.514	1.415.678	1.380.762	1.440.308	1.532.335	45.655.893	52.777.490
Compra de Energia - Leilão	2.752.584	3.129.558	3.525.176	3.807.762	4.293.058	85.443.754	102.951.892
Compra de Energia - Bilaterais	314.486	332.955	348.756	365.741	384.785	468.823	2.215.546
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	266.557	284.752	291.133	305.241	320.625	12.431.621	13.899.929
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	233.341	236.682	219.903	207.010	217.238	6.962.103	8.076.277
Outros contratos de compra de energia	3.963.302	3.041.180	3.056.640	3.813.670	3.394.364	37.159.377	54.428.533
Cotas de garantias físicas	857.819	895.955	933.799	978.886	1.028.103	39.889.838	44.584.400
Arrendamentos Operacionais (1)	74.736	68.970	29.773	-	-	-	173.479
Total	9.815.339	9.405.730	9.785.942	10.918.618	11.170.508	228.011.409	279.107.546

1) Refere-se ao total dos pagamentos mínimos futuro não canceláveis de aluguel de frota de veículos para atividades fins, com reajuste anual pelo IGP-M, sem termos de renovação; e aluguel de imóveis das sedes administrativas para atividades fins (mais detalhes na nota explicativa nº 31).

36. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG D

Em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig D, representando um reajuste tarifário de 23,19%, sendo que 4,30% correspondem aos custos gerenciáveis pela Cemig D. O percentual remanescente, de 18,89%, tem efeito econômico nulo, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 9,00% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia e encargos de transmissão, e; (ii) 9,89% referente a outros itens financeiros componentes da tarifa.

Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2018 até 27 de maio de 2019.

37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2018 e 2017, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$30.801 no exercício de 2018 (R\$70.913 no exercício de 2017);
- exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido na incorporação da Cemig Telecom em 31 de março de 2018, no montante de R\$428, os demais saldos incorporados não possuem efeito no fluxo de caixa da Companhia.
- exceto pelo caixa oriundo da aquisição das controladas Parajuru e Volta do Rio, no montante de R\$4.144, e do pagamento de R\$5.218, esta combinação de negócios não gerou efeitos no fluxo de caixa da Companhia.
- exceto pela contraprestação paga pela aquisição de participação adicional na RME e controle da Light, no montante de R\$103.788, e do caixa oriundo da RME no montante de R\$65.843, esta combinação de negócios não gerou efeitos no fluxo de caixa da Companhia.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de participação societária na Centroeste

Em 15 de janeiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento da homologação pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) do objeto do Leilão Eletrobras n.º 01/2018, referente ao exercício do direito de preferência, pela Cemig, na aquisição da participação societária na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais S.A. (“Centroeste”), conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

Prorrogação e celebração de novos TARDs com partes relacionadas

Em 20 de fevereiro de 2019 a Cemig GT e a Renova assinaram o 1º aditivo ao TARD 01/2018 e o 8º aditivo ao TARD 047/2016, prorrogando os pagamentos a serem realizados pela Renova para até 09 de julho de 2019, atualizados a 155% do CDI desde a data do vencimento original até a data da efetiva quitação.

Na mesma data foram assinados novos TARDs, para reconhecimento de dívidas contraídas pela Renova no montante total de R\$139.483, cuja liquidação está prevista para até 09 de julho de 2019 atualizada a 155% do CDI.

Negociações Alto Sertão III - Renova

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração deliberou o aceite de nova proposta vinculante, apresentada pela AES TIETÊ ENERGIA S.A., para a aquisição das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III pertencentes à Renova. A operação ainda está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

Celebração de Contrato para Aquisição de Participação na Renova e Realização de OPA

Em 21 de março de 2019, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações referente à aquisição, pela Cemig GT e Light Energia S.A. (“Light Energia”), de até 7.282.036 ações de emissão da Renova de titularidade da CG I Fundo de Investimento em Participações (“CG I”) e de certas pessoas a ele relacionadas. Dentre as ações a serem adquiridas de CG I incluem-se as ações hoje vinculadas ao Acordo de Acionistas da Renova, celebrado em 19 de dezembro de 2014.

As ações da CG I serão adquiridas na proporção de 67,85% pela Cemig GT e 32,15% pela Light Energia e, como contrapartida, a CG I receberá títulos de valor mobiliário subscritos pela Light Energia e pela Cemig GT observada a proporção acima, que correspondam ao valor nominal de R\$14,68 por ação de emissão da Renova, ordinária ou preferencial que estará sujeita a ajustes decorrentes, entre outros: (i) dos custos incorridos para regularização fundiária da Renova; e (ii) da materialização de certas contingências até a data de fechamento da transação.

O Contrato também prevê que certas ações ordinárias de titularidade da CG I serão convertidas em ações preferenciais para que a Cemig GT possa formar units da Renova nos termos previstos no artigo 54 do Estatuto Social da Renova. Em razão disso, após o fechamento, a Cemig GT será titular de 50% ou menos das ações ordinárias de emissão da Renova. Nos termos do Contrato, Cemig GT e Light Energia deverão notificar o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR para que este se manifeste sobre o exercício (ou não) de seu direito de venda conjunta (tag along), conforme previsto no acordo de acionistas celebrado em 06 de novembro de 2012.

O fechamento da aquisição de ações está sujeito ao cumprimento das condições usuais deste tipo de transação e ao fechamento dos atos da reestruturação financeira da Renova.

Além disso, o Conselho de Administração da Cemig GT aprovou, condicionado ao Fechamento da Aquisição das Ações, a realização por Cemig GT e por Light Energia de oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da Renova, em data a ser oportunamente anunciada, em que será oferecido aos acionistas da Renova tratamento igualitário àquele conferido à CG I.

Renegociação de dívidas - Renova

O Conselho de Administração da Cemig GT deliberou, em 21 de março de 2019 sobre o Reperfilamento das dívidas da Renova com partes relacionadas, sendo R\$768 milhões detidos pela Cemig GT, R\$253 milhões detidos pela Light Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom"), nas datas base março de 2019. E das dívidas com CitiBank e BTG Pactual, nos montantes de aproximadamente R\$176 milhões e R\$179 milhões, respectivamente.

As dívidas reperfiladas terão prazo de 6 anos, sendo 1 ano de carência e juros de 155% do CDI com garantia real e/ou fiduciária.

As operações acima ainda estão sujeitas à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas.

Rolagem do empréstimo junto ao Citibank - Light

Em 01 de fevereiro de 2019, foi realizada a rolagem da dívida referente a operação via Resolução 4131 entre a controlada Light SESA e o Citibank no valor de R\$657.342. A operação tem um ano de carência de principal, amortização semestral, pagamento de juros trimestrais e vencimento em agosto de 2022. Foi contratado uma operação de swap para proteção integral do principal, juros e imposto ao custo de CDI + 2,20%a.a.

Captação de recurso capex 2017-2018 - Light

Em 26 de fevereiro de 2019, a controlada Light SESA recebeu a primeira liberação de recursos referente ao contrato de financiamento do capex 2017-2018 com ao BNDES no valor de R\$200.000. A operação tem o custo de TLP + 3,16% a.a., com vigência de sete anos e amortizações mensais.

Reajuste tarifário e revisão tarifária extraordinária da Light

Em 12 de março de 2019, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 11,12%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 6,07%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, e retirado da bolha financeira do processo anterior, que somam 5,06%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2019. Em reunião pública realizada em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou uma revisão tarifária extraordinária para a controlada Light SESA, considerando unicamente a incorporação de item financeiro negativo para refletir a quitação antecipada da amortização das operações de crédito contratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, nos termos da Resolução Normativa nº 612 de 2014. O efeito médio para os consumidores será de -2,30%, entrando em vigor a partir de 1º de abril de 2019.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Geração e Transmissão,
interina e cumulativamente

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria Sem Denominação Específica

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Gestão Empresarial,
interina e cumulativamente

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260